



Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves

Mensal | Dezembro 2014 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 187

INAUGURAÇÃO

Casa da solidariedade tem sede no Porto

PADRE LINO MAIA

Candidato a mais quatro anos na CNIS

PORTUGAL
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
4400 Devesas - V.N. Gaia
TAXA PAGA

Autorizado pelos CTT a circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/204004/DCN
Mensário da CNIS



O SOLIDARIEDADE
deseja a todos os
seus leitores
BOAS FESTAS

SEMINÁRIO ANMP

Autarquias e IPSS renovam parceria

«OS NOSSOS CAMPEÕES»
A determinação
de nunca desistir

SIGNIFICATIVO AZUL
Prevenir a violência
e os maus-tratos

DAR E RECEBER
A solidariedade num
computador perto de si

CS S. MARIA DE SARDOURA,
CASTELO DE PAIVA
Inclusão social
passa pela formação



ASSEMBLEIA GERAL

Plano de atividades e orçamento aprovados

Relatório de atividades de Novembro

No dia 3 de Novembro, prolongando-se pelo dia seguinte, a ASAE levou a efeito o Seminário intitulado “ASAE: Desafios Presentes e Futuros”, tendo José Casaleiro representado a CNIS no evento.

No dia 7 de Novembro, a convite do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, Filomena Bordalo em representação da CNIS, foi a oradora no 3º painel “A Rede Social/Institucional como última segurança de cuidados” integrado nas Jornadas “Seniores: Saúde, Rede Afetiva, Rede Institucional”.

No dia 10 de Novembro, na nova sede da CNIS, decorreu a reunião de Direção.

No dia 13 de Novembro, teve início o primeiro módulo “Gestão e Planeamento Estratégico”, do Projeto Mais, que prosseguiu no dia 14, e contou com a inscrição de 22 formandos, sendo Carlos Azevedo o formador destas sessões. As sessões prosseguiram nos dias 5, 12, 13 e 19 de dezembro.

No dia 14 de Novembro, a CNIS reuniu em Assembleia Geral onde foram apresentados e votados, por 154 votos a favor e 15 abstenções, o Programa de Ação e o Orçamento para 2015.

No dia 14 de Novembro, em Odemira, realizou-se o colóquio dedicado ao tema “Economia Social – que desafios?”, numa iniciativa do Município de Odemira. O Presidente-Adjunto da CNIS, João Carlos Dias apresentou o tema “Economia Social e Sustentabilidade”.

No dia 17 de Novembro, no auditório da EZN, no Vale de Santarém, realizou-se a Assembleia-Geral Ordinária da UDIPSS-Santarém, de cuja ordem de trabalhos constava a apresentação e votação do Plano de Ação, Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para 2015 e ainda informações diversas. Estiveram representadas 19 Instituições que aprovaram o Plano e os Orçamentos por unanimidade.

No dia 18 de Novembro e no seguimento de anteriores reuniões, nas instalações do ISLA em Santarém, reuniram diversas Instituições do terceiro setor do distrito de Santarém, em que se inclui a União Distrital

das IPSS, tendo-se decidido levar a efeito no dia 22 do corrente, em Fátima, um evento que culminará com a assinatura de um Acordo de Parceria para a constituição do “Fórum do Terceiro Setor do Distrito de Santarém”.

No dia 19 de Novembro, o Centro de Apoio Comunitário da Engenho- Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este foi visitado pela reitora da Universidade Lusíada de V. N. de Famalicão, Prof.ª Doutora Rosa Moreira.

No dia 20 de Novembro, em Tomar, reuniu a Comissão de Acompanhamento do Conselho Estratégico da CIM do Médio Tejo, de que faz parte a União Distrital de Santarém, para deliberar sobre a parceria com a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P.

No dia 20 de Novembro, o representante da CNIS, José Casaleiro participou na sessão “Alimentação em Tempos de Crise: resultados de um inquérito nacional sobre consumo e insegurança alimentar”, que permitiu identificar as principais tendências recentes de transformação nos comportamentos de consumo alimentar das famílias, atendendo à sua situação de insegurança alimentar.

No dia 20 de Novembro a Associação Maconde comemorou o Dia Nacional do Pijama de uma forma diferente, com um “Dia Aberto” com uma Feira de Produtos Variados, tendo recebido os avós, os tios, os padrinhos, os primos, os amigos das crianças que quiseram visitar a Associação.

No dia 21 de Novembro, a UDIPSS-Viseu realizou a sua Assembleia Geral que aprovou a Conta de Exploração Previsional para 2015 e plano de atividades.

No dia 21 de Novembro, a UDIPSS-Viseu, com o apoio da VISEUGEST e da SINERCONSULT, realizou um workshop “Liderança e Gestão”, que juntou mais de 120 participantes em representação de 50 instituições.

No dia 21 de Novembro, Maria de Lurdes Pombo representou a CNIS no Seminário “Educação de Infância”, resultado do trabalho realizado pela equipa coordenada pela Prof.

Assunção Folque.

No dia 22 de Novembro, o representante da CNIS, José Casaleiro, participou no I Congresso tendo Fernando Ribeiro Mendes anunciado estar em preparação para 2015, um novo impulso aos CCD, através da criação de um fundo de apoio de 80 mil euros – quantia simbólica, associada, em 2015, aos 80 anos da Fundação INATEL – mediante a comparticipação em novos projetos que revelem capacidade de inovação.

No dia 25 de Novembro, pelas 17h00, José Casaleiro associou-se às festividades do 46º aniversário da Fundação CEBI.

No dia 26 de Novembro, decorreu nas instalações da UDIPSS GUARDA a Assembleia Geral Ordinária presidida por Virgílio Mendes Arderius. Ao ato estiveram presentes duas dezenas de instituições que votaram e aprovaram o Plano de Ação de 2015 e o respetivo Orçamento.

No dia 26 de Novembro, na sede da UDIPSS GUARDA, teve lugar um Workshop cuja temática foram os “Desafios Estratégicos da Economia Social para o período 2014-2020”. Os representantes das mais de trinta associadas que aproveitaram para aumentar o seu conhecimento e debater várias ideias sobre esta importante temática.

No dia 26 de Novembro, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) realizou um Seminário sobre Poder Local e o Setor Solidário. A Rede Social e os Novos Desafios do Planeamento. O seminário contou com as intervenções dos membros da Direção da CNIS, João Dias no debate do painel sobre “A rede social: Avaliação. Diagnóstico. Indicadores de eficácia”, e

ainda dos membros da direção da CNIS, Joaquim Vale, José Casaleiro e Maria de Lurdes Pombo. O tema “Carta Social Local: Enquadramento. Novos desafios de planeamento. Experiências”, contou com a moderação de Filomena Bordalo, e a intervenção de Palmira Macedo, assessoras da CNIS. O tema “Carta Social Local: Enquadramento. Novos desafios de planeamento. Experiências”, contou com a moderação de Filomena Bordalo, e a intervenção de Palmira Macedo, assessoras da CNIS.

No dia 27 de Novembro, entre as 18h e as 20h, no Ateneu Comercial do Porto, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPSS), assinala a data dos seus 90 anos de existência com um Porto d’Honra e uma exposição alusiva às principais campanhas e iniciativas desenvolvidas pela Liga. A CNIS fez-se representar na cerimónia por Eleutério Alves.

No dia 27 de Novembro, a UIPSS de Bragança realizou a sua Assembleia Geral que aprovou, por unanimidade, o Orçamento e Plano de Actividades para 2015. Estiveram presente os representantes de 19 IPSS associadas.

No dia 28 de Novembro, a APPDA Coimbra -Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Coimbra, promoveu o II Concerto Solidário, pelas 21h30, no Conservatório de Música de Coimbra.

No dia 29 de Novembro, a Casa do Povo de Abrunheira no município de Montemor-o-Velho comemorou o seu 53º aniversário com um jantar e um espetáculo musical. A CNIS fez-se representar nas festividades por Eduardo Mourinha.

UDIPSS-Leiria tem novos corpos gerentes

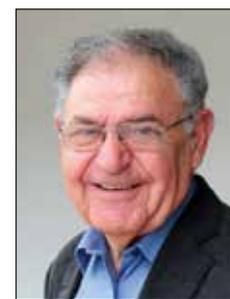
No dia 11 de Novembro, decorreu o acto eleitoral para os órgãos sociais da UDIPSS-Leiria, tendo-se apresentado a sufrágio apenas uma lista. Para o triénio 2015-2017, ficam assim constituídos os órgãos da UDIPSS:

ASSEMBLEIA GERAL - Presidente: P. Virgílio do Rocio Francisco (Centro Assistência Paroquial de Pataias); **1º Secretário:** Manuel Joaquim F. Ferreira (Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha); **2º Secretário:** Branca da Conceição Meireles de Matos (Centro Social N. Sr.ª. Piedade))

CONSELHO FISCAL - Presidente: Anabela Maria Pereira (Associação Bem Estar Tempos Livres Martingança); **Vogais:** José Alberto Baptista Lorvão (Centro Cénico de Bem Estar de Cela); Luís Carreira Moreira (Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense)

DIREÇÃO - Presidente: Joaquim Manuel Filipe Guarda (Centro Social Cult. Paroq Souto da Carpalhosa); **Vice-Presidente** José António Bento Sousa (Ass. Des.B.Estar Social da Freg. da Barreira); **Secretária:** Carla Sofia Marques Verdasca (Assoc. Propaganda Defesa da Reg.da Batalha); **Tesoureiro:** Elsa Cistina da Costa Leitão (Supercoop-Cooperativa de Solid. Social ,CRL); **Vogal:** Dr. Luís Heleno Cardoso (Academia Cultural e Social de Maceira).





Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Orçamento do Estado para 2015

1. No dia 25 de Novembro, na Assembleia da República, decorreu a votação final global que aprovou o Orçamento do Estado para 2015. Não sendo espetável o pedido de fiscalização preventiva de constitucionalidade pelo Presidente da República, começará com normalidade um ano que se prevê mais tenso porque ano de eleições. Muitos são os olhares sobre o Orçamento. Há notas que podem ser relevadas.

Enquanto ali se retomam medidas que já vinham do Orçamento do ano em curso, nesse instrumento de intervenção económica e social prevê-se que a despesa com o ensino básico e secundário decresça 11,3% em comparação com 2014, que o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Complemento Social para Idosos (CSI) vão sofrer uma redução de 2,8% e 6,7%, respetivamente, e que o valor previsto para as prestações de desemprego e de apoio ao emprego vai sofrer um corte de 10,6%, perdendo mais de 243 milhões de euros relativamente ao Orçamento de 2014.

Como apreciação, parcial, parece claro que a continuação da recuperação económica terá particular incidência no aumento da receita de contribuições sociais e na redução da despesa com prestações de desemprego.

2. No que às Instituições de Solidariedade (IPSS) diz respeito, para o exercício fiscal de 2015, o Orçamento do Estado estabelece que as taxas das suas contribuições para a Segurança Social aplicáveis serão aumentadas de 21,2% para 21,6%, (beneficiando de uma descida de 0,75 pontos percentuais na Taxa Social Única - TSU - para os colaboradores que auferam o salário mínimo nacional) como previsto no Código Contributivo de 2010, mantendo-se em 11% para os trabalhadores.

Enquanto isso, as IPSS vão continuar a poder receber a consignação de IRS relativa ao programa e-fatura, num valor estimado superior a 14,6 milhões de euros.

Contudo, as notas mais manifestas no OE poderão estar relacionadas com o



Foto: D.R.

imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Por um lado, determina-se aí a manutenção da isenção de IVA nas transferências entre Instituições e a repriminção do regime da sua restituição previsto nas alíneas *a) e b) do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 20/90*, de 13 de Janeiro (que concede à Igreja Católica e às IPSS algumas isenções em sede de IVA), em montante equivalente a 50 % do IVA suportado, exceto nos casos de operações abrangidas pelo *nº 2 do artigo 130º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro*, (ou seja: o IVA suportado pelas IPSS nas aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados total ou principalmente na prossecução dos respetivos fins estatutários, desde que constantes de faturas, sem IVA, de valor não inferior a € 997,60), relativamente às quais se mantém em vigor o direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado, por se tratar de operações com cofinanciamento público.

Porém, a verdadeira novidade no Orçamento está no facto de, no próximo ano, as Instituições de Solidariedade poderem reaver metade do IVA pago na compra de bens alimentares, o que pode

significar uma poupança na ordem dos 11 milhões de euros (cerca de 0,39%) para o conjunto de todas as IPSS. A medida abrangerá creches, lares de idosos, instituições que trabalham com deficientes ou que levem refeições a casa das pessoas.

Concretamente, na redação do artigo 212 do OE, prevê-se que, durante o ano de 2015, é restituído um montante equivalente a 50 % do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social, bem como pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (estatal), relativamente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

3. Serviço público são as atividades e serviços ligados à administração estatal não só através de seus agentes e representantes, como também exercidos por outras entidades, mesmo que particulares, sempre visando promover o bem-estar e os direitos humanos da população para a fruição direta por seus membros individualmente.

Os serviços públicos tendem a ser considerados tão essenciais para a vida

moderna que suas provisões universais precisam de ser garantidas por razões morais, e algumas estão até mesmo associadas com direitos humanos fundamentais.

Quando (sempre) as Instituições de Solidariedade não só não visam o lucro como, sobretudo, promovem direitos fundamentais, inscritos na Constituição, para a fruição direta da população, privilegiando todos os mais carenciados que nunca são os próprios promotores, estão a prestar serviço público, pelo que o regime fiscal a que estão sujeitas tem de ser bem diferente do regime do sector lucrativo.

O Orçamento do Estado para 2015 não penaliza diretamente as Instituições de Solidariedade e até parece beneficiá-las quando, mantendo uma ilusória situação favorável, acrescenta a tal possibilidade de recuperação de 50% do IVA das refeições. Medida simbólica, porém, que pode e deve ser encarada como um pequenino "passo" numa direção que se impõe: as IPSS prestam serviço público pelo que o seu regime fiscal deve ser equiparado ao das Autarquias.

O estabelecimento de um enquadramento legal da cooperação será o próximo passo. Passo necessário e certo.

ASSEMBLEIA GERAL

Programa e Orçamento para 2015 sem votos contra



A CNIS reuniu em Assembleia Geral, a derradeira do ano de 2014, onde foram apresentados e votados favoravelmente o Programa de Ação e o Orçamento para 2015, ano em que, logo no início, será marcado por eleições para os órgãos sociais.

A Direção da CNIS deixou a sugestão para que acontecesse entre o final de janeiro e o início de fevereiro, mas o denominado Congresso Eleitoral realizar-se-á na data a escolher por Manuela Mendonça, presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Com os dois documentos que guiarão a prática da Confederação no próximo ano a marcarem o arranque dos trabalhos, de certa forma, a discussão centrou-se muito no revisto, atualizado e recém-publicado decreto-Lei 119/83, mas cujo desconhecimento do documento na íntegra por parte da Assembleia condicionou esse debate.

A propósito do Programa de Ação para 2015, que foi aprovado por 154 votos a favor e 14 abstenções, João Dias, presidente-adjunto da CNIS, lembrou que o documento presta especial atenção ao novo Quadro Comunitário de Apoio, que “assenta muito na Economia Social”, considerando ser muito importante “acompanhar de forma cuidada”. Por outro lado, o Programa de Ação foi gizado tendo em conta o Protocolo de Cooperação Global, que a CNIS se apresta para, em dezembro, assinar com o Governo e que inclui, para além do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, os ministérios da Saúde e da Educação e Ciência. “Não se espere que a cooperação seja logo como é com a Solidariedade, mas nada será como dantes”, alertou João Dias.

Apesar da aprovação por maioria, ficaram algumas críticas por ser um “plano



formal e teórico e queria-se um mais concreto e objetivo face ao momento que o País vive”, resumiu a presidente da AG.

Relativamente ao Orçamento para 2015, também ele aprovado por 154 votos a favor e 14 abstenções, os números apresentados dão um resultado líquido de 1.235,49 euros, recebendo o parecer positivo do Conselho Fiscal.

A discussão em torno do 119/83, decreto-lei fundador das IPSS, surgiu a propósito do ponto inscrito na ordem de trabalho sobre as «condições de elegibilidade dos membros dos órgãos sociais». Porém, com a entrada a publicação do diploma legal no dia 14 de novembro, a mesma deliberação torna-se inócua e inútil.

A Mesa da Assembleia colocou à votação a eliminação daquele ponto da ordem de trabalhos, que recolheu a aprovação da maioria (155 votos a favor, três abstenções e 10 votos contra).

Mais do que a questão legal em si,



alguns dos representantes das IPSS presentes pugnam por uma discussão sobre o diploma e os perigos de uma tendência para a “nacionalização das IPSS”.

O presidente da CNIS lembrou que “não há documentos perfeitos e que este 119/83 é uma bisbetiz de muitos consensos”.

“A CNIS deu muitos contributos, mas não passaram disso”, sublinhou o padre Lino Maia, ao que João Dias acrescentou: “A CNIS não tem assento no Conselho de Ministros. A decisão cabe aos políticos a nós cabe dar contributos e foi o que fizemos”.

A este propósito ainda, Jaime Ramos, como dirigentes de uma instituição, considerou que “se devia discutir em Assembleia Geral o Decreto-Lei 119/83, mas também os Acordos de Cooperação, as carreiras e as remunerações e os planos de atividades” para que as IPSS deem os seus contributos.

O presidente da CNIS apelou ainda

à participação das IPSS no Seminário sobre o Poder Local e o Setor Solidário, em Coimbra, anunciou que haverá um Conselho Geral Extraordinário para discutir o Protocolo de Cooperação Global e ainda que, dia 28 de novembro, será inaugurada a nova sede da CNIS.

Por fim, uma boa-nova. As IPSS vão poder recuperar 50% do IVA das refeições adquiridas a entidades externas.

“Não é a notícia que queremos, por não se consegue tudo de uma vez, mas são pequenos passos na direção certa”, referiu o padre Lino Maia, acrescentando, realçando a importância de se criar uma Lei de Bases da Cooperação: “É bom que este setor seja visto pela sua autonomia e serviço público, porque não é correto que pague IVA como as entidades lucrativas, pelo menos que seja como as Autarquias”.

PADRE LINO MAIA

Candidato a mais um mandato na direção da CNIS

“Bem-vindos à vossa casa.” Foi com este cumprimento que o presidente da CNIS deu início à primeira reunião dos elementos dos órgãos sociais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade na nova sede da CNIS, no Porto. Estiveram presentes 13 dos 17 representantes a que se juntaram todos os assessores.

Para além da visita obrigatória às novas instalações da Rua da Reboleira, no centro histórico da cidade, o encontro serviu para um anúncio que já se ia adivinhando, mas carecia de confirmação formal. O padre Lino Maia informou a equipa, com quem trabalhou nestes últimos anos, que vai encabeçar uma lista de recandidatura a mais quatro anos à frente dos desígnios da CNIS.

“Nas últimas eleições disse que seria o derradeiro mandato. Era o que eu pretendia. Até hoje, não queria recandidatar-me porque não há pessoas providenciais. E eu muito menos. Verifico que neste momento há uma comunhão efetiva e não nos podemos negar a servir. E eu também não.” Lino Maia, na introdução, explicou que o clima de serenidade em que vive a CNIS, e em que vai decorrer o próximo ato eleitoral, já marcado para 31 de Janeiro de 2015, permite que se apresente a liderar uma lista de consenso, pondo fim a uma rivalidade Porto-Lisboa que se exprimiu em anteriores candidaturas. Com efeito, tudo indica que o rol de nomes que vai preparar inclua elementos afetos à União das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa.

O presidente da CNIS revelou também que têm sido muitos os apelos que recebe por parte dos representantes do governo, dos partidos da oposição, da Igreja e, sobretudo, dos dirigentes das associadas e da CNIS, para que prossiga o trabalho de credibilização e afirmação da Confederação nestes tempos difíceis.

“Esta não é uma reunião de despedida. Bem pelo contrário. Quero agradecer-vos o bom desempenho da CNIS e dizer-vos



que são uma excelente equipa com quem dá gosto trabalhar. Naturalmente, haverá escolhas para a lista institucional que implica algumas mexidas.” O anúncio do padre Lino Maia mereceu o aplauso geral dos elementos de todos os órgãos sociais, algumas referências elogiosas à liderança tranquila da CNIS e a constatação de que a Confederação goza hoje de um prestígio e de uma importância sem paralelo na sua história de mais de trinta anos. A reação à volta da mesa foi unânime, na satisfação pela decisão de Lino Maia e também na disponibilidade total para todas as opções que o líder da CNIS entenda fazer. Por várias vezes se ouviu: “Independentemente do sítio onde estivermos vamos continuar a ser muito importantes.”

Em quase todas as recentes cerimónias públicas em que o padre Lino Maia esteve presente era ouvido o clamor da necessidade de recandidatura. Na inauguração da sede, o secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, referia que “a ajuda que o padre Lino Maia tem dado tem sido preciosa. Não posso deixar de agradecer pessoalmente, mas também tenho que falar no plano institucional. Estamos num momento de viragem e, em muitas coisas, o nosso país não pode voltar para trás, o que seria uma tragédia

para o País, mas uma tragédia maior para os que têm problemas sociais e económicos. Não quero imiscuir-me na vida interna de quem são os meus parceiros, mas como português, cidadão e governante, não posso deixar de dizer uma coisa que para mim é muito óbvia: Sendo a CNIS tão importante, neste processo de mudança que estamos a operar, e tendo a CNIS um papel tão importante nesse processo, era desejável que se mantivesse neste rumo. E era desejável que alguém, que granjeou o respeito intelectual, como dirigente daquela que é a maior Confederação de instituições do Setor Social e Solidário, continuasse a aprofundar o trabalho feito. É importante, neste momento, não voltarmos para trás. É nestas alturas que temos que pedir aos melhores de entre nós que continuem a ajudar a consolidar uma obra que é coletiva. Sendo estes ou outros os governantes.”

Na mesma cerimónia o Bispo do Porto, D. Francisco dos Santos, era ainda mais explícito: “Ao padre Lino Maia quero manifestar-lhe a alegria que tenho sentido nas pessoas que consigo trabalham, manifestando o desejo de que possa continuar a liderar a CNIS. Sabe do apoio do seu Bispo e que, nesta comunhão de sentimentos, sabe que, através de si e do seu trabalho, é também a Diocese do Porto que está a servir a grande causa de

estar atenta aos mais pobres e mais necessitados, aqueles que sentem as portas das instituições abertas e sentem também o coração daqueles que lá trabalham.”

O padre Lino Maia acaba de responder afirmativamente.

DATAS IMPORTANTES

Para além da data das eleições, a 31 de Janeiro de 2015, a reunião dos corpos sociais da CNIS serviu ainda para adiantar a data de 16 de Dezembro para a assinatura de um Compromisso da Cooperação do Setor Solidário que o presidente da CNIS rotulou como “momento histórico” porque vai suceder aos protocolos de cooperação que eram assinados com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social. “É um compromisso de dois anos com a Solidariedade e Segurança Social, mas também com a Saúde e Educação, em que são definidas metas e programas para este setor. É o fruto de um trabalho conjunto com o contributo da direção da CNIS. É um momento histórico. Sabemos o que diz o Compromisso e sabemos o que vamos assinar”.

No dia anterior, 15 de Dezembro, os órgãos sociais da CNIS, assessores, funcionários e colaboradores vão participar no habitual almoço da Natal que está marcado para Baião no típico restaurante “Tasquinha do fumo”.

EDUCADORES DE INFÂNCIA

Abertas candidaturas para compensar IPSS por salários

As creches e infantários das instituições de solidariedade social podem candidatar-se, até ao final do ano, ao programa que apoia financeiramente as instituições, onde os educadores de infância ganharam, em média, mais de 1.154 euros mensais.

Segundo um documento da Direção-Geral

de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF), do Ministério da Educação e Ciência, estão abertas as candidaturas para compensação remuneratória dos Educadores de Infância da Rede Solidária (IPSS, Mutualidades e Misericórdias). “O apoio financeiro a que se referem as presentes orientações traduz-se na

compensação pela diferença entre a remuneração média mensal dos educadores de infância da instituição e o valor de referência de 1.154,70 euros”, explica o documento.

Este apoio insere-se no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação

Pré-Escolar, em que os ministérios da Educação e da Solidariedade e Segurança Social se comprometem a apoiar financeiramente as instituições.

As instituições da rede solidária têm de apresentar a candidatura via internet, até 31 de dezembro, no sítio da DGPGF (www.dgpgf.mec.pt).

“Esta é a nossa casa, esta é a vossa casa”



“Esta é a nossa casa, esta é a vossa casa”, referiu por diversas vezes o padre Lino Maia na sessão de inauguração da nova sede da CNIS, que se mantém na cidade do Porto, facto elogiado pelos demais intervenientes, o Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, e o secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho.

“São instalações que estão num sítio ótimo”, afirmou o presidente da CNIS, numa referência à localização privilegiada da nova sede, mesmo no coração daquilo que é Património Cultural da Humanidade, na zona ribeirinha da cidade Invicta.

Depois de historiar o percurso da casa mãe da CNIS, primeiro na Rua de Oliveira Monteiro e depois em dois apartamentos alugados na Rua Júlio Dinis, “com o inconveniente de ter uma rua pelo meio”, o padre Lino Maia rematou: “Esta é a nossa casa, porque vamos tentar usá-la como a nossa casa”.

Herdando o edifício-sede da extinta Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), a CNIS mantém-se na Invicta, “mas nada obriga a sede a ser no Porto”, pelo que no dia em que, e se, isso acontecer, então, “justificar-se-ia entregá-la à Câmara, como ficou plasmado na escritura pública”, recordou o líder da CNIS.

“Neste processo não houve intenção nenhuma de qualquer um de nós se perpetuar, pelo contrário tivemos que zelar pelos interesses da CNIS e, mensalmente, vamos ter, desde já, uma economia de cerca de 1200 euros, que era o custo das rendas dos apartamentos”, revelou, sustentando: “Isto é património da CNIS que será para sempre”.

Perante uma plateia em que se incluía toda a Direção da CNIS, muitos presidentes e representantes da grande maioria das UDIPSS e outros convidados, como a

diretora da Delegação Norte da Segurança Social, Ana Venâncio, e a ex-presidente da FDZHP, Ana Teixeira, entre outros, o padre Lino Maia quis realçar uma presença.

“Quero destacar a presença da delegação da União de Lisboa, liderada pelo senhor José Carlos Batalha. Desculpai fazer este destaque, mas, ao virem aqui e entre outros passos que têm dado, têm mostrado que não há regionalismos, não há jogos Norte-Sul, há sim o zelo pela solidariedade. E destaco a presença da União de Lisboa, porque está a liderar um processo de comunhão, não de perpetuação, de futuro para a CNIS. A União de Lisboa percebeu e manifestou que nesta fase, e por todas as razões, o futuro da CNIS não fosse de disputa entre pessoas, mas um futuro de comunhão. E é nesta fase que estamos e que vamos avançar. Este passo não é de perpetuação, mas de serviço. E se alguém der corpo a esta solução de comunhão, não é para perpetuação, mas para serviço”, afirmou o presidente da CNIS, dirigindo-se de seguida a D. António Francisco dos Santos: “É muito significativa a presença do senhor Bispo do Porto, pois 41% das instituições que formam a CNIS são da Igreja. Fiquei muito agradado com a sua disponibilidade, que foi sempre total. Quem em Portugal melhor fala e sente estas causas sociais é o D. António Francisco dos Santos e trazê-lo aqui neste dia é trazer uma marca”.

Por fim, o padre Lino Maia dirigiu algumas palavras a Agostinho Branquinho.

“Com este Governo, os secretários de Estado e o ministro, temos tido sempre interlocutores absolutamente colaborantes e disponíveis. São pessoas que se antecipam em soluções e as partilham connosco. Estamos a passar um momento histórico, porque este setor e a população estão como nunca estiveram e refiro-me, em concreto, à cooperação. Este passo que está praticamente consumado, com a vontade



expressa e liderança do senhor primeiro-ministro, entre o Setor Solidário e os três ministérios é absolutamente histórico, com repercussões para o futuro extraordinárias”, referiu o líder da CNIS, revelando: “E está já a dar-se outro passo, pelo que é fundamental consagrar definitivamente a cooperação, não numa base tutelar, mas numa base de parceria. E está já anunciada a próxima iniciativa, que é dotar a cooperação

de um instrumento legal. Para que não haja recuos e o caminho seja este, sem querer fazer política partidária, não pode haver retrocessos”.

De seguida tomou a palavra o Bispo do Porto, que numa breve alocução se referiu a três questões: a CNIS, o Porto e as pessoas.

“Quando falamos da CNIS falamos de centenas de IPSS e sentimos que aqui

pulsa o coração que as anima a realizar a missão que perseguem”, defendeu D. António Francisco dos Santos, acrescentando: “Quero agradecer todo o bem que fazem e agradecer à CNIS esta disponibilidade para abrir caminho e ajudar todas as instituições filiadas”.

A terminar, e antes de apelar a que o padre Lino Maia “possa continuar a liderar a CNIS”, o bispo resumiu a sua intervenção numa expressão: “É um bem e uma bênção que damos ao País a partir do Porto”.

A importância de a sede da CNIS estar no Porto foi igualmente sublinhada pelo governante quando tomou da palavra.

“Hoje é um dia especial e simbólico para o Porto e para o País, porque temos que ter a noção de que muita da falta de coesão do País tem que ver com o facto de os centros de decisão estarem espalhados pelo País, ou não estarem espalhados pelo País”, argumentou o Agostinho Branquinho, que destacou a preocupação do Governo tornar Portugal “mais coeso e mais solidário”, referindo que uma das formas de o conseguir é “colocando em diversos pontos do território centros de decisão”.

“No Porto ficará a instituição financeira do próximo Quadro Comunitário de Apoio e estamos a fazer esforços para colocar noutra região outras estruturas, exatamente nesse sentido, para contribuir para essa coesão nacional”, sustentou, revelando que “já foi decidido pelo Governo que uma instituição importante na área da Economia Social deixará Lisboa para se instalar noutra região”, avançando ainda que será criada uma outra instituição na área da Economia Social fora de Lisboa e do Porto, que terá que ver “com as novas políticas públicas e os apoios a essas políticas que vão ocorrer”.

“Vamos criar uma instituição que vai ter um papel importante na área da Economia Social fora de Lisboa e uma instituição também na área da Economia Social que está em Lisboa e irá para um outro ponto do território. O Porto já tem o dito Banco de Fomento”... destacando a importância de a CNIS também ter a sua sede na Invicta.

A este propósito, Agostinho Branquinho recordou que quando chegou à Secretaria de Estado lhe chegou “um dossier penoso que era o do fim da FDZHP”, havendo “a necessidade de se encontrar um conjunto de soluções para o património da Fundação”. “Consensualizado era que a CNIS teria aqui a sua sede. Como se faria a divisão do património era a grande questão em cima da mesa”, afirmou, lembrando que o património imobiliário ficou na alçada da Câmara Municipal e que a verba avultada em dinheiro foi a base da criação de um fundo para apoiar as populações mais carenciadas desta área. “A autarquia ficou com o dinheiro numa conta, mas criou-se uma



comissão de acompanhamento, que integra também a CNIS, para que agora e rapidamente se coloque esse dinheiro ao serviço da comunidade”, frisou.

No seguimento do que dissera, o secretário de Estado reafirmou a intenção da Segurança Social “em descentralizar serviços e levar a que todos saiam das suas zonas de conforto”.

Recordou os 15 projetos-piloto de descentralização já em curso, algo que espera “alargar a todo o País” assim que a pilotagem terminar.

Na linha do que é relacionamento do Estado com as instituições do Setor Solidário, o governante realçou a importância do “documento estratégico de enorme relevância para a área social e o setor solidário”, que agora se denomina Compromisso para a Cooperação, e “que é um salto qualitativo naquilo que já tem vindo a fazer-se”.

CONSELHO GERAL

Compromisso de Cooperação 2015-2016 apresentado

«Assente numa partilha de objetivos e interesses comuns» e ainda «de repartição de obrigações e responsabilidades de cada uma das partes», o «Compromisso de Cooperação 2015-2016 [nova denominação do que era conhecido por Protocolo (de Cooperação) Global] visa reforçar a relação de parceria público-social entre o Governo Português e o Setor Social e Solidário».

A Direção da CNIS apresentou em Conselho Geral o esboço do documento a sair das negociações entre o Estado e os representantes do Setor Solidário, que mantém a plurianualidade (volta a ser para um biénio) e tem como grande novidade a inclusão dos ministérios da Saúde e da Educação e Ciência.

O Compromisso de Cooperação 2015-2016, que deverá ser assinado até meados de dezembro, tem três áreas estratégicas



Na quarta nota da sua intervenção, Agostinho Branquinho revelou as novidades que o Orçamento de Estado para 2015 encerra para as IPSS.

“A devolução de 50% do IVA gasto pelas instituições na aquisição de bens alimentares e de refeições e o reforço de 50 milhões de euros da verba destinada à ação social”, anunciou, explicando que esta verba tem quatro prioridades: “Olhar os novos equipamentos para a área da deficiência, muitos construídos ao abrigo do POPH, e o mais rapidamente possível estabelecer protocolos de cooperação que permitam abrir todos esses equipamentos; olhar para o território e consolidar e alargar a rede de intervenção precoce; olhar para os outros equipamentos sociais e tentar fazer os acordos de cooperação necessários para que eles possam abrir; e fazer alguns acertos nos acordos de cooperação já feitos, mas que precisam de ser alargados”.

De seguida, o governante deixou um alerta relativamente ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, que está prestes a arrancar. “Não há dinheiro para a construção de novos equipamentos, mas há mais dinheiro para fazer outras coisas, o que é um desafio enorme para as instituições do Setor Solidário. Temos que ter enorme capacidade e criatividade e as instituições vão ter instrumentos financeiros como nunca tiveram. Muito do sucesso que podemos ter neste QREN está nas mãos das instituições. Esta é uma oportunidade única para a capacitação dos recursos humanos e dos dirigentes das instituições”, asseverou Agostinho Branquinho, que deixou ainda uma nota pessoal, “mas também institucional”.

“É importante, neste momento, não voltarmos para trás e, por isso, deixo aqui um apelo e um desafio... É nestas alturas que temos que pedir aos melhores de entre nós que continuem a ajudar a consolidar uma obra que é coletiva”, numa referência ao padre Lino Maia e às eleições da CNIS, a realizar no arranque de 2015.

A terminar, o secretário de Estado da Segurança Social dirigiu-se diretamente aos dirigentes da CNIS e das Uniãos Distritais: “Gostava que o Setor Solidário tivesse uma intervenção com cada vez maior responsabilidade para que Portugal seja um País mais solidário e fraterno e para que os mais desfavorecidos possam ter uma vida mais digna. Por isso, continuem fora da zona de conforto e continuem a interpelar-nos, a nós que temos responsabilidades, e continuem a fazer aquilo que melhor fazem, que é ajudar os que mais necessitam”.

Seguiu-se uma breve visita às novas instalações, que foram alvo de requalificação, e um Porto de Honra para brindar à nova sede da CNIS, ou seja, a casa da solidariedade.

SEMINÁRIO ANMP

Autarquias e IPSS em sintonia

Garantia, disponibilidade e esperança são as grandes conclusões do primeiro Seminário Poder Local e Setor Solidário, subordinado ao tema «A Rede Social e os Novos Desafios do Planeamento», que reuniu um vasto número de autarcas e dirigentes de IPSS em Coimbra, iniciativa decorrente do protocolo estabelecido este ano entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades.

A intervenção de fecho coube a Susana Amador, vice-presidente da ANMP, que destacou “a garantia para as populações” do empenhamento das autarquias e das IPSS na “promoção da igualdade de oportunidades”, a respetiva “vontade e disponibilidade” em trabalhar e de fazê-lo em parceria e, por fim, “esperança” que emana do encontro que decorreu na Fundação Bissaya Barreto.

Para a também edil de Odivelas, e citando o Padre António Vieira, “Não está o erro em desejarem os homens ser, mas está em não desejarem ser aquilo que importa. E aquilo que importa foi o que aqui se passou. Obrigada por serem as instituições que se importam, porque nós também queremos ser o Poder Local que se importa”.

O seminário levou a debate a Rede Social, elemento considerado por todos como fundamental para a coesão social.

Logo na sessão de abertura, o presidente da ANMP defendeu a criação de um quadro legal que permita ao Poder Local constituir entidades coordenadoras de ação social, à semelhança do que existe ao nível nacional.

Para Manuel Machado é importante “fomentar a Economia Social, projetando, a nível municipal, aquilo que significa, no plano nacional, o Conselho Nacional para a Economia Social”. Nesse sentido, para o autarca, “é necessário criar uma Lei-Quadro dos Conselhos Municipais para a Economia Social para funcionar como instância política informal, como órgão de consulta da Câmara Municipal, abrangendo, nomeadamente, as cooperativas, as IPSS, fundações e vários tipos de associações locais, como as entidades gestoras dos baldios, abrindo caminho a novas formas de cooperação, mobilizadoras de novas sinergias entre entidades da Economia Social situadas em cada Município e em cada Freguesia”.

O também presidente da Câmara Municipal de Coimbra falou na sessão de abertura dos trabalhos do Seminário, considerando que as entidades municipais serviriam de elemento agregador das várias entidades “que precisam de coordenar e conjugar esforços de modo complementar para aumentar a eficácia da Economia Social e

das instituições”.

“É útil, e nós pugnamos por isso, que a lei seja complementada com a criação de um quadro legal adequado para que o mesmo tipo de entidade coordenadora que existe a nível nacional possa ser criada e instituída a nível de cada Município que deseje criar este dispositivo”, sublinhou.

Segundo o presidente da ANMP, estas entidades municipais, “com proteção legal suficiente, constituiriam um elemento agregador das entidades que precisam de coordenar, de conjugar esforços, de modo complementar para aumentar a eficácia da intervenção”.

Salientando que já existem entidades informais municipais, “que não têm o mesmo efeito”, Manuel Machado defendeu que a criação legal dos Conselhos Municipais para a Economia Social permitiria ao Estado descentralizar “de modo a conjugar esforços e a mobilizar todas as energias num determinado sentido”.

Descentralização foi uma palavra muito utilizada ao longo dos trabalhos, assumindo autarquias e instituições sociais o papel das entidades de proximidade espalhadas pelo território nacional.

“É entendimento da ANMP que o Estado, sem prejuízo de encontrar soluções que permitam racionalizar e otimizar os recursos existentes, tem de garantir o mesmo nível de qualidade dos serviços públicos às populações, vivam no litoral ou no interior, na cidade ou em zonas rurais, no continente ou nas ilhas”, referiu o líder da ANMP, alertando que “do processo em curso de reorganização dos serviços do Estado não pode, em caso algum, resultar o abandono das pessoas e do território”, defendendo que a ANMP “tem vindo a alertar para a necessidade, urgente, de fazer uma definição de serviços mínimos em cada Município”, pois considera que “contribuirá para o reforço de um País simétrico e coeso, em que todos os portugueses se sentirão, e serão, de facto, iguais perante o Estado”.

Momentos antes, Joaquim Morão, da União das Misericórdias Portuguesas, apelara a “uma melhor articulação entre Estado Central, Poder Local e IPSS”, deixando um repto à ANMP: “Esta articulação tem que ser feita entre as IPSS e o Poder Local para fortalecer este setor.

Reclamando “um protocolo global com o Governo para descentralizar competências para as autarquias”, o dirigente das Misericórdias lembrou que “há que colocar as Redes Sociais a trabalhar melhor” e para tal “o Poder Local tem que, cada vez mais, contribuir financeiramente e com planeamento”.



José Almeida, da União das Mutualidades Portuguesas, apontou o “trabalho em equipa” como fundamental, frisando que “há que tomar consciência do que existe e estabelecer parcerias”.

Pela CNIS, já na sessão de encerramento, Joaquim Vale deixou uma questão para reflexão.

“É necessário encontrar a simbiose perfeita entre o trabalho notável que as IPSS têm feito junto das populações e o belíssimo e extraordinário trabalho das autarquias no desenvolvimento das populações”, num momento em que “as instituições querem ser ouvidas e as autarquias querem ouvir”.

Ao longo do dia foram diversos os oradores e temas em debate.

«A Rede Social: Avaliação. Diagnóstico.

Indicadores de eficácia», com Susana Amador, vice-presidente da ANMP e presidente da Câmara Municipal de Odivelas (moderadora); Marlene Rodrigues, vereadora da Câmara Municipal de Oeiras; Ricardo Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Santarém; João Dias, presidente-adjunto da CNIS; Nuno Gomes, diretor-geral da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

«Carta Social Local: Enquadramento. Novos desafios de planeamento. Experiências», com Filomena Bordalo, assessora da CNIS; Palmira Macedo, assessora da CNIS; Firmino Marques, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga; Armando Varela, presidente do Conselho Intermunicipal do Alto Alentejo e presidente da Câmara Municipal de Sousel.

DESEMPREGO EM PORTUGAL

Depois de sete meses de queda subiu em outubro para 13,4%

A taxa de desemprego em Portugal voltou a aumentar em outubro para 13,4%, depois de sete meses consecutivo de queda, apesar da descida em termos homólogos ter sido, segundo o Eurostat, a segunda maior da União Europeia.

O gabinete de informação estatística da União Europeia divulgou que a taxa de desemprego estimada para outubro foi de 13,4% da população ativa, mais 0,1 pontos percentuais do que em setembro. Este cálculo já tinha sido divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que justificou "exclusivamente com o acréscimo da população desempregada", já que a população empregada permaneceu estável.

O aumento da taxa de desemprego na variação em cadeia, em Portugal, acontece depois de esta taxa ter estado a cair consecutivamente desde março deste ano.

Já em termos homólogos, face ao mesmo mês do ano passado, houve uma queda

de 2,2 pontos percentuais da taxa de desemprego de Portugal, que passou de 15,6% em outubro de 2013 para 13,4% este ano, o que segundo o gabinete de estatística europeu representa a segunda maior queda entre os Estados-membros.

O maior recuo no desemprego pertence à Hungria, com a taxa a descer de 10,0% para 7,3%, mas é de notar que estes dados fazem a comparação entre setembro de 2013 e o mesmo mês de 2014, os últimos dados disponíveis para aquele país.

Em termos globais, na zona euro, a taxa de desemprego - corrigida das variações sazonais - ficou estável em 11,5% em outubro face a setembro, tendo descido face aos 11,9% de outubro do ano passado.

Também na União Europeia, a taxa de desemprego se manteve estável em outubro, nos 10%, na variação em cadeia, e desceu face aos 10,7% de outubro de 2013.

Ainda segundo os dados divulgados,



entre as maiores quedas na taxa de desemprego estão Espanha (26% para 24%), Bulgária (13% para 11,1%) e Grécia (27,8% para 25,9%, neste caso entre agosto de

2013 e agosto de 2014). Em sentido contrário, os maiores aumentos registaram-se em Itália (de 12,3% para 13,2%) e na Finlândia (8,3% para 8,9%).



SOLUÇÕES INTEGRADAS

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

- Creche ✓
- Educação pré-escolar ✓
- Atividades de tempos livres ✓
- Centro de atividades ocupacionais ✓
- Estrutura residencial para idosos ✓
- Serviços de apoio domiciliário ✓
- Centro de dia ✓
- Centro de noite ✓
- Cantina social ✓
- Unidade de cuidados continuados ✓
- Clínica ✓
- Internamento ✓

ECONOMIA SOCIAL

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	RECURSOS HUMANOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE
CONTABILIDADE	TESOURARIA	STOCKS, ECONOMATOS, LOZINHAS E LAVANDARIAS	ESCALAS DE SERVIÇOS	SALÁRIOS
CLÍNICA, INTERNAMENTO	LICCS	PROCESSO CLÍNICO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
				PORTAL SOCIAL
				MAILINGS
				APÓIO DOMICILIÁRIO
				VIATURAS
				PROCESSOS CHAVE

FORMAÇÃO F3M . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais
- O DE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais



MAIS INFORMAÇÕES em www.f3m.pt

DAR E RECEBER

Ajuda social à distância de um clique



Integrar numa única rede a totalidade das respostas sociais existentes em Portugal, sejam de IPSS ou de grupos informais, que possam ter articulação com uma entidade que possa atestar da sua veracidade, transformar cada português em voluntário e dar nova vida aos bens é o objetivo último do portal darereceber.pt, que a Entrajuda e a Cáritas Portuguesa lançaram há pouco mais de meio ano.

“O balanço é muito, muito positivo”, começa por afirmar Isabel Jonet, presidente da Entrajuda, autora da candidatura ao POPH que levou à prática o projeto darereceber.pt.

“Por um lado, pôde-se lançar o portal e dar-lhe visibilidade, dando assim visibilidade a muitas ações de voluntariado e à possibilidade de as pessoas doarem as coisas que têm em casa e já não lhe dão utilidade. Por outro, o portal permitiu trazer esta intervenção na solidariedade social para um plano um pouco diferente. Para além dos acessos e dos bens doados à plataforma e dos voluntários que hoje estão inscritos, também promove esta possibilidade de as pessoas poderem trabalhar em rede”, argumenta Isabel Jonet, explicando: “Trabalhar em rede é muito importante, especialmente, quando os recursos são escassos e estas redes, com as novas plataformas informáticas, estão muito facilitadas, pelo que o «Dar e Receber» trouxe esta ideia da rede e que as pessoas se podem ver na rede sem perder o espaço e a individualidade, mas partilhando recursos”.

O portal “é uma plataforma congregadora de pessoas e instituições”, de pessoas que têm algo para dar e de instituições que procuram algo e, também, de pessoas que querem dar bens a instituições que precisam desses bens.

Ponto assente para a Entrajuda e a Cáritas é a exclusiva utilização do canal das IPSS para fazer chegar os bens e

serviços aos destinatários.

“Para nós é, absolutamente, essencial que seja percecionada esta forma de trabalhar por parte das pessoas. As IPSS são um canal privilegiado de combate à pobreza, cortando ciclos, e de comportamentos acomodativos. As instituições é que conhecem a realidade no terreno”, sublinha a presidente da Entrajuda.

O darereceber.pt surge na sequência de algum trabalho já desenvolvido pela Entrajuda, que à data da sua criação, 2004, identificou algumas lacunas a nível de ação social.

“A Entrajuda surgiu muito pela experiência do Banco Alimentar Contra a Fome e o que conhecemos são muitas instituições espalhadas pelo território nacional que têm dificuldades e diversas carências. E já em 2004, quando foi fundada, o que me parecia que poderia fazer mais falta às instituições eram recursos humanos qualificados e é com esse objetivo que a Entrajuda nasceu”, conta, explicando o «modus operandi» da instituição, que desembocou no portal nascido em maio deste ano.

“O que fizemos foi lançar a Bolsa de Voluntariado, em 2005, e que hoje é o maior site português de voluntariado onde as instituições podem ir à procura de voluntários com talentos e qualificações, mas também com apetências particulares. E o que temos neste site é um ponto de encontro entre as pessoas que querem dar e as instituições que têm necessidade dessas qualificações. Em 2007 abrimos o Banco de Bens Doados, um espaço físico com instalações em Lisboa”, elenca Isabel Jonet, sustentando: “Ao longo destes anos e com a evolução das novas tecnologias consideramos que não faz sentido não ter estas respostas na internet, mais acessíveis e, sobretudo, onde os jovens se reconhecem. Se queremos

jovens a fazer voluntariado temos que ir ao encontro deles nas plataformas deles e que são as realidades atuais”.

Então, perante o desafio da Cáritas Portuguesa, a Entrajuda apresentou uma candidatura ao POPH para levar aquelas duas respostas sociais, a Bolsa de Voluntariado (já na internet) e o Banco de Bens Doados, para o online, criando algo de completamente novo em Portugal, “uma espécie de «Google da Caridade», ou seja, é um Google das respostas sociais que existem para ajudar a pessoa com necessidades, exatamente na área geográfica onde essa pessoa tem as necessidades”, afirma Isabel Jonet, explicando: “Lançámos o portal «Dar e Receber» cujo principal pilar é a ajuda social. É um motor de busca que permite fazer a listagem de todas as respostas sociais que existem em Portugal. As instituições inscrevem-se, são visitadas, no caso de não serem já conhecidas, e nós vamos confirmar se é real aquilo que as instituições dizem que oferecem. Casos há em que as instituições têm o registo de IPSS, mas não têm atividade. Portanto, temos que confirmar o que fazem, a quem e como”.

Assim, o darereceber.pt é um motor de busca com o principal enfoque na ajuda social, mas com mais dois pilares, o da Bolsa de Voluntariado e o Banco de Bens Doados.

E apesar destas duas acessibilidades já existirem receberam melhoramentos importantes.

“A Bolsa de Voluntariado já existia no âmbito da Entrajuda, mas com esta candidatura pôde-se ir mais além. Lavou-se a cara e tornou-se de muito mais fácil acesso e mais moderno. Mas incluiu-se que cada instituição pudesse ter um mini-site sem qualquer custo, onde pode mostrar a sua atividade. As instituições, mesmo que não tenham recursos, têm a possibilidade de ter uma montra na internet para mostrarem o que fazem,

como fazem e com quem fazem”, revela Isabel Jonet, destacando: “Tratando-se de uma resposta nova e inovadora, temos que ensinar as pessoas, temos que dar formação e, sobretudo, que tentar transformar esta plataforma num instrumento de trabalho das técnicas de Serviço Social. Elas têm que perceber que encontram aqui uma ajuda que pode ser preciosa para o seu dia a dia”.

Em termos de resultados, Isabel Jonet mostra-se parcialmente satisfeita, pois ainda há “falta de hábito” por parte das instituições em recorrerem a estas soluções.

“Se a plataforma revela que há pessoas interessadas em fazer voluntariado e em doar bens, e agora sabem mais facilmente como fazê-lo, já o mesmo tipo de procura por parte das instituições não se verifica que seja tão habitual”, afirma, argumentando: “Parece-me que as instituições de solidariedade social, hoje, ainda preferem pedir do que procurar onde os meios estão definidos, mesmo que seja em plataformas onde eles estão para doação. Há ainda alguma necessidade de se informar estas instituições de que existe uma plataforma que disponibiliza a informação do que existe e pode ser procurado. Parece-me que preferem bater a portas físicas, porque não estão tão habituadas à possibilidade de irem à internet procurar o que necessitam”.

A “falta de hábito” é, para a presidente da Entrajuda, o principal obstáculo a que o portal alcance na plenitude os seus objetivos que são bastante ambiciosos.

“Ainda há todo um caminho a percorrer e, por isso, temos feito uma ampla divulgação mediática e diversas ações de formação” para que entre nas rotinas das instituições a busca do que necessitam numa plataforma que lhes disponibiliza uma vasta oferta em termos de ajuda social, voluntariado e bens doados.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Campanha registou corte de 15% face a 2013

A presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome disse que a campanha do último fim de semana de Novembro e na qual foram recolhidas 2.325 toneladas de alimentos representa um decréscimo de 15% face a dezembro de 2013.

Isabel Jonet justificou contudo que esse decréscimo em relação à campanha de dezembro de 2013 (quando foram recolhidas 2.767 toneladas) se deve ao desvio das doações para campanhas através da Internet e vales de supermercado e gasolineras, e por isso, ainda não estão contabilizadas. “Os produtos recolhidos em saco no supermercado registaram uma quebra

de 15% em relação à campanha de Natal de 2013, muito embora, em nosso entender, as campanhas são em três modalidades que se complementam e completam.

Acaba por haver um desvio das doações”, realçou Isabel Jonet.

De acordo com a presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, trata-se de pessoas que habitualmente doavam em produtos e agora optam pelo vale, que representa já 15% daquilo que é doado nas campanhas. “Diria que se nota, que há o mesmo número de doações, mas os sacos vêm menos cheios”, disse.

Os Bancos Alimentares Contra a Fome recolheram nesse fim de semana 2.325 toneladas de alimentos, numa campanha realizada em 1.995 superfícies comerciais



Foto: D.R.

e que contou com a colaboração de 42 mil voluntários. “No caso da campanha de saco, que fazemos nos supermercados com recursos a voluntários, o resultado final de domingo já está muito perto da realidade, haverá pequenos ajustes no norte do país”, disse.

Na opinião de Isabel Jonet, apesar da crise, o balanço “é positivo” e demonstra que os “portugueses são solidários e não querem deixar de contribuir”. “Nós costumamos dizer que as campanhas são o melhor que podem ser em cada

momento. Foram recolhidos 2.325 toneladas, que é um valor que dificilmente tem comparação ou expressão em iniciativas deste tipo.

Isabel Jonet disse ainda que os géneros alimentares recolhidos serão distribuídos, a partir da próxima semana, a 2.400 instituições de solidariedade social, que os entregam a cerca de 425 mil pessoas com carências alimentares comprovadas, sob a forma de cabazes ou de refeições confeccionadas.

Esta campanha ficou marcada pela

introdução de sacos de papel, mais amigos do ambiente do que os tradicionais sacos de plástico, embora recicláveis.

Até ao primeiro fim de semana de Dezembro será também possível contribuir para a campanha através da “Ajuda Vale”, que tem como lema “uma ajuda que não pesa mas vale”, pedindo um vale com um código de barras específico para poder doar produtos nas caixas dos supermercados ou gasolineras (BP e CEPSA) e ‘online’ através do endereço alimentestaideia.net.

MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Novo Projeto para acudir a 300 famílias por mês

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança espera atender cerca de 300 famílias carenciadas por mês num projeto único no Nordeste Transmontano de combate à pobreza e exclusão, divulgou a instituição.

A Misericórdia de Bragança é a única nesta região a integrar uma rede de 12 projetos-piloto em todo o país, que consistem na criação de uma Rede Local de Intervenção Social (RLIS) para um intervenção articulada de entidades para acudir a casos de emergência social e, numa fase posterior, dar também apoio em prestações pecuniárias.

ARLIS de Bragança está a funcionar desde novembro com uma duração de oito meses, criou cinco postos de trabalho e as previsões da instituição gestora são de atender “até 300 famílias por mês e acompanhar cerca de 150 em todas as etapas necessárias até à inserção na comunidade com aquisição de novas competências e maior independência económica e social”.

Os casos chegam à instituição “através da Segurança Social, detetados pela Santa Casa, ou então, serão as próprias pessoas a procurar ajuda diretamente”, explicou Eleutério Alves,

provedor da Misericórdia.

O atendimento é feito nas instalações da Santa Casa e, segundo o provedor, “um dos aspetos inovadores deste projeto é que está previsto, numa fase posterior, o apoio através de prestações pecuniárias para situações de emergência e uma aposta na qualificação das pessoas para que sejam integradas posteriormente no mercado de trabalho”.

Além de Bragança, estão também em curso projetos-piloto nos Vila Real, Braga, Porto, Évora, Setúbal, Guarda, Aveiro e Coimbra.



OS NOSSOS CAMPEÕES

Quando a vontade de ser feliz é mais forte

Como se identifica um campeão? No desporto é simples, pois será aquele que chega em primeiro, que recebe a medalha ou a taça e é idolatrado pelo público. Porém, ser um campeão na vida é muito mais do que chegar primeiro do que todos os outros. É, acima de tudo, alcançar a felicidade, seja lá o que ela for para cada um.

Ter um objetivo e uma férrea determinação de nunca desistir até o alcançar faz de todo e qualquer ser humano um campeão. E este estatuto ganha uma outra dimensão quando o caminho a trilhar para chegar a essa meta não foi definido pelo próprio e está pejado de obstáculos.

Tivesse cada um dos mortais um pouco do que faz de Paulo, Vasco e Jorge o que são hoje e todos seriam, por certo, bem mais felizes. Obviamente não é a deficiência que cada um deles vive, mas essencialmente, a enorme força de vontade que encarnam e que os guindou a alcançar pequenas e grandes metas ao longo da vida, sendo que a principal é sentirem-se o mais «normais» possível, no seio de uma sociedade que agora já olha com melhores olhos a deficiência, mas que nem sempre foi assim.

Podia-se dizer que é tudo uma questão de determinação, mas assim dito soa a coisa simples. Agora, ter a determinação de nunca desistir até alcançar os sucessivos objetivos que se vão traçando, é algo bem diferente.

Mas deixem que vos apresente três dos 24 campeões cuja experiência e exemplo de vida a Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, de Miranda do Corvo, perpetuou num livro que neste início de dezembro é editado.

Paulo Marques, 47 anos, sofre de paralisia cerebral e é o responsável pela área da contabilidade. Jorge Caetano, 52 anos, paraplégico desde os 18 anos, devido a um acidente de viação, é o responsável pela área do secretariado, assessorando ainda a Direção da instituição. Vasco Costa, 38 anos, tetraplégico desde os 19 anos, devido a um acidente quando fazia slide, é secretário clínico da Unidade de Cuidados Continuados da ADFP e superintende os secretários clínicos.

Com percursos de vida bem diferentes, tal como as deficiências que carregam, em comum têm a determinação de nunca terem desistido de conseguir o que se propuseram, ultrapassado(s) o(s) primeiro(s) choque(s) perante a sua condição, muito em especial o Jorge e o Vasco, pois até ao início da idade adulta eram pessoas ditas normais.

Paulo, que ainda faz a contabilidade a uns amigos em casa, recorda que “ser deficiente há 40 anos era completamente diferente

e não havia apoios nenhuns”, reconhecendo que “as coisas mudaram a 180 graus” e “o que mudou mais foi o facto de sociedade aceitar melhor este tipo de pessoas e passou a haver alguma proteção”.

Entre muitas outras histórias, Paulo conta como foi uma dura batalha tirar a carta de condução. Era a sua grande vontade e não desistiu enquanto não conseguiu, apesar de todos os entraves que lhe colocaram.

Reprovado uma mão cheia de vezes pela Junta Médica, o contabilista não se deixou ficar, mesmo quando lhe disseram: “Já o reprovámos cinco vezes e reprovaremos todas as vezes que aqui vier”. Firme no seu propósito de se conduzir a ele próprio, então, decidiu queixar-se ao Provedor de Justiça.

“Bem, recebi um telefonema para me apresentar no dia seguinte, uma terça-feira, na Junta Médica que a situação ia resolver-se. Na altura as juntas eram apenas à segunda e quinta-feira, mas eles até abriram uma exceção. Só me disseram, vá para Miranda e faça uma coisa desista da queixa que fez contra nós, porque de há 15 dias poara cá não paramos com auditorias e verificações... E foi assim que tirei a carta”, recorda Paulo Marques, enquanto se ri, revelando que uma das coisas que hoje mais gosta de fazer é “ir para a Serra da Lousã passear de jipe”.

Já a Vasco o médico disse-lhe que não mexeria mais do que a cabeça. Contudo, uma personalidade fortíssima e, de certa forma, revolucionária fez com que ele não só recuperasse bastante, como hoje desloca-se numa cadeira de rodas, mexe, de forma limitada, os braços e chefia os secretários clínicos da Fundação ADFP.

Hoje faz duas sessões de fisioterapia por dia e sente-se “muito mais independente”, como testemunha no livro «Os Nossos Campeões»: “Consigno realizar quase todas as atividades necessárias à construção de uma vida razoável. Se nunca me for possível sair de uma cadeira de rodas, pelo menos, tentei tudo o que estive ao meu alcance”.

Para já, no seu projeto de vida Vasco inclui a namorada, com quem mantém uma relação há 14 anos e com quem gostaria de casar. No entanto, há obstáculos que, estamos certos pelo pouco que conhecemos da sua personalidade contestatária, será também ultrapassado.

Projeto de vida familiar construiu já Jorge, que há 21 anos iniciou um relacionamento amoroso com aquela que hoje é a sua esposa e com quem alcançou o bem mais precioso da sua vida, Esperança, hoje com dois anos de idade.

A vontade de ser pai nunca o deixou e



OS NOSSOS CAMPEÕES

FUNDAÇÃO ADFP



Jorge tudo fez para o conseguir.

“Foi uma luta de 17 anos, houve algumas portas que se fecharam, fui para o privado onde investi o que tinha e o que ainda não tinha, até que tive que desistir... Depois apareceu uma hipótese, através da TVI, e foi até conseguir”, recorda com um sorriso no rosto, dizendo: “A princesa é a flor da minha vida. E se antes de a ter pensava que se vivesse até aos 60 já era bom, agora já quero chegar até aos 80, pelo menos para a ver com 20 anitos”.

Três realidades diferentes, três propósitos diferentes, uma coisa em comum: Determinação e força de vontade em chegar mais perto da felicidade.

E muito deste objetivo passa pela forma como se encara a adversidade.

“O que me aconteceu foi azar ou sorte?”, questiona Jorge, que foi campeão nacional de

pesca desportiva, acrescentando: “Pode ter sido uma sorte, pois podia ter morrido”.

E nesse sentido, deixa um conselho: “Nunca desistam, lutem sempre pelos objetivos e tentem ser feliz. Andar sempre com mágoas não nos leva a lado nenhum, até para que os que nos rodeiam se sintam também bem. Há muitas portas que se fecham, é muito difícil, mas nunca se deve desistir”.

Também Paulo Marques corrobora esta ideia, indo mais longe até: “É preciso muita persistência, muita mesmo, mas isto é para toda a gente, não é apenas para nós os deficientes. E agora cada vez mais, porque quem quiser ter algum êxito não pode desistir”.

Importante, no testemunho destes campeões é o papel da família e dos amigos.

“Rodeado de amigos uma pessoa vai a qualquer lado. As barreiras conseguem-se



ultrapassar se tivermos amigos connosco. Se não forem os amigos e a família a ajudarem-nos é mais difícil sair daquela parte negra da vida e encarar a vida de frente”, sublinha Jorge, no que é acompanhado por Paulo, para quem a mãe foi o grande pilar da vida que conseguiu construir.

«Os Nossos Campeões» é uma ideia de Jaime Ramos, presidente da Fundação ADFP que considera que o livro é, “acima de tudo, uma manifestação de otimismo e de esperança no futuro”.

“Nele se demonstra que mesmo as pessoas que nascem com grandes limitações ou que sofrem um acidente que as coloca numa posição de vítimas conseguem dar a volta. Com alguns apoios e alguma compreensão da sociedade, é possível as pessoas construírem uma vida e serem felizes”, sustenta, comparando: “E por vezes aqueles que são pessoas normais e andam muito tristes com a vida e muito angustiados, sempre em grande sofrimento e sempre pessimistas podem perceber que mesmo as pessoas com grandes dificuldades podem ser felizes. Penso que esta é a grande lição que se pode obter deste livro”.

Por seu turno, José Miguel Ferreira, que coordenou a publicação, reforça esta ideia: “Ao longo do tempo em que coordenei o livro, uma das coisas que achei essencial, e que eles mais valorizavam, era o sentido de utilidade, isto é, eles tinham um problema, que lhes trazia muitos problemas de auto-confiança, apesar de serem gente muito corajosa, mas o facto de começarem a trabalhar, verem que independentemente do problema que tinham são tão bons e tão profissionais como qualquer outra pessoa, dá-lhes um sentimento de utilidade que lhes faz subir em flecha a auto-confiança”.

É nesse sentido também que a instituição decidiu publicar este conjunto de testemunhos de pessoas escolhidas “por serem os melhores exemplos e por estarem em funções mais de topo”.

Assim, como refere o coordenador do



livro, ele “surge como forma de motivação e uma grande homenagem a estes campeões que aqui estão, mas igualmente para passarmos esta imagem para fora da Fundação”, pois muito do bom que se faz pelo País fora muitas vezes não é conhecido da maioria da população: “Portugal tem milhares de pessoas com estes problemas, que muitas vezes são excluídas pela sociedade e não existem respostas próprias em muitos destes casos. Por isso, achamos que aqui damos um exemplo de que é possível estas pessoas encontrarem a felicidade”.

Para José Miguel Ferreira, “a Fundação pode servir de grande exemplo a nível nacional”, até porque: “Hoje somos das maiores fundações do País, mas como estamos sedeados em Miranda do Corvo, deparamo-nos com um problema que existe em todo o País e que é tudo o que não está em Lisboa

não é visto. Entendemos que teríamos de alguma maneira que mostrar o que aqui temos de melhor que são, sem dúvida, as pessoas e estas pessoas podem servir de exemplo para todo o País. São pessoas que têm problemas inacreditáveis, desde aqueles que nasceram com deficiência até àqueles em que um acidente lhes alterou completamente a vida”.

Para o presidente da Fundação, este livro espelha também o que se faz na instituição que vai muito para além da recuperação, reabilitação e ocupação destas pessoas para quem a vida foi uma má mãe.

“Aqui na instituição não diagnosticamos doenças, descobrimos talentos nas pessoas e tentamos valorizar esses talentos. Depois, para além de lhes garantirmos um trabalho, fazemos com que tenham dignidade e se sintam úteis para os outros, para não sentirem

que dependem só dos outros. É importante haver outras dimensões da vida que as pessoas com doença mental ou deficiência devem poder ter, nomeadamente, a de poderem ter boas relações afetivas, de poderem constituir famílias e no seu conjunto serem pessoas como as outras. Daí, para além da dignidade do trabalho, valorizamos e entusiasmos o aspeto dos afetos e da liberdade de amar, com responsabilidade. Muitos já constituíram família e tiveram filhos, o que é muito positivo”, congratula-se Jaime Ramos.

Depois da sessão de lançamento em Miranda do Corvo, agendada para 6 de dezembro, «Os Nossos Campeões» será apresentado em Lisboa, no Porto, em Coimbra e ainda em Penela, Lousã e Fundão, sempre com alguns dos campeões presentes.

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



O Egipto e a absolvição de Mubarak

No último sábado de Novembro, a Comunicação Social deu algum relevo à libertação do Osni Mubarak, que foi presidente egípcio durante trinta anos e que estava a cumprir, desde 2011, uma pena de prisão perpétua. A sua condenação, que se seguiu a uma revolta popular liderada pela Irmandade Muçulmana, foi justificada pela sua responsabilidade, alegadamente directa, na repressão dessa revolta, e nas centenas de mortes que ocorreram nesses dias. A juntar a estas acusações, os juízes de então tiveram ainda em conta alegados crimes de corrupção cometidos por ele e por membros da sua família. O homem que governou o Egipto durante três décadas, e que teve um papel destacado na discussão de várias crises que agitaram o Médio Oriente, esteve mesmo em risco de ser condenado à morte.

Apesar da vaga revolucionária conduzida pelas forças islamitas, Mubarak teve sempre admiradores que se mantiveram fieis à sua antiga liderança e que puderam agora manifestar publicamente os seus sentimentos. Por coincidência, na véspera da proclamação judicial da sua inocência e da dos seus filhos, houve notícia de dois atentados, atribuídos à Irmandade Muçulmana. Esses atentados fizeram diversas vítimas, entre as quais se contavam elementos das forças armadas, o que significa, pelo menos, que a situação social e política do Egipto não vai conhecer, nos próximos tempos, a estabilidade que é necessária à reafirmação do país mais poderoso do Médio Oriente.

Vencidos pelo exército e pelas forças sociais que rejeitam o radicalismo islamita, os militantes da Irmandade Muçulmana vão regressar a uma estratégia de intervenção, mais ou menos clandestina, que não terá apenas contornos sociais, como aconteceu durante os anos de Mubarak, quando chamaram a si uma política de assistência social em que o governo era deficitário. Essa política aumentou exponencialmente a sua influência junto da população egípcia, sobretudo nas classes mais pobres. Acreditamos mesmo que os seus líderes irão juntar à sua política de apoio social uma estratégia de combate, com recurso a atentados que façam vítimas sobretudo entre as forças militares que depuseram o presidente Morsi. Este era um islamita que, apesar de não reivindicar posições fundamentalistas, garantia aos militantes da Irmandade Muçulmana a possibilidade de uma influência cada vez maior na sociedade egípcia.

O general Al Sisi, o comandante das Forças Armadas que acabou por assumir a chefia do Estado, vai enfrentar um desafio muito complicado, e a libertação de Mubarak não vem atenuar as suas dificuldades. Trata-se de uma libertação que, para os fundamentalistas islâmicos, é mais um motivo combater o actual regime.



Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Europa: “Avó cansada”



Nem mais nem menos... foi nestes termos que o Papa Francisco se dirigiu ao Parlamento Europeu, chamando a atenção daqueles mais de 600 eurodeputados para o estado decadente, envelhecido, de um Continente que deu mundos ao Mundo, que espalhou pelos cinco continentes cultura, civilização, saber, pensamento, riqueza e poder.

Para não retirar força às suas afirmações, tendo em conta que ele é um exímio pedagogo nas parábolas dos gestos e das afirmações incisivas, permito-me partilhar com os leitores do SOLIDARIEDADE algumas das suas afirmações, tais como: **“A Europa é um Continente assustado e curvado sobre si próprio, uma avó cansada”**.

E continuou a sua interpelação à “nata política” dos países europeus, representados em Bruxelas pelos seus deputados, pedindo-lhes que não se limitassem a preocupar-se com a economia e que olhassem com outros olhos e outra dignidade para os imigrantes, os idosos, os trabalhadores, os pobres e as minorias perseguidas.

Sem meias palavras, afirmou em pleno Parlamento Europeu o **“primado da pessoa”**, enquanto expressão de uma inalienável dignidade transcendente e da capacidade inata de distinguir o bem do mal.

Afirmou textualmente: **“persistem ainda muitas situações onde os seres humanos são tratados como objetos”**, denunciando: **“não se pode tolerar que o Mediterrâneo se torne um grande cemitério”**.

Exortou os parlamentares a evitar os **“purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os fundamentalismos a-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria”**.

Francisco é mesmo **“um Papa sem papas na língua”!**

A Casa dos Segredos

1 - Quando comecei a advogar, há 40 anos, era impensável qualquer advogado, ou qualquer magistrado, falar à imprensa sobre os processos judiciais em que estivesse envolvido: era bom para a justa composição dos litígios que a discussão deles fosse discreta, dentro da sala do tribunal e não perante os holofotes da publicidade e à medida da voracidade das multidões.

Tratava-se de uma regra que era seguida à risca.

O único desvio a essa regra de que me lembro eram as reportagens do Jornal de Notícias sobre os julgamentos no Tribunal de Polícia, onde se julgavam sumariamente os pequenos delitos cometidos de véspera.

Mas eram relatos de audiências públicas, não era a devassa dos autos.

Ainda mais do que os tribunais, as casas onde as famílias moravam eram um lugar sagrado, de discricção e de recato, onde a vida decorria, como deve ser, fora do escrutínio público.

Hoje é ao contrário: os media tomaram conta da nossa vida e, em vez da mediação entre os factos e o público, como lhes compete, são os jornais, as televisões e as rádios que constroem os factos, que constituem por si a realidade que nos é dada a conhecer, de chofre.

Quando um programa de televisão tem como finalidade expor-nos de forma contínua e em tempo real, de dia e de noite, em modo de reportagem, toda a vida que decorre dentro de uma casa, onde pessoas fazem de conta que moram – e tal programa é, há anos, um sucesso de audiências -, percebemos melhor o mundo em que vivemos.

Não faltará o dia em que, vulgarizado assim o valor do recato e da intimidade das

pessoas e das famílias, as turbas exijam uma câmara de televisão ou de vídeo dentro da casa de cada um de nós, para fiscalizar o modo como vivemos, se cuidamos bem dos filhos ou se praticamos violência doméstica.

(Há sempre pretextos “virtuosos” para o retrocesso!)

Pois se as cabeças se vão formatando para exigir tudo a nu, tudo à vista, quem resistirá à vontade da plebe, isto é, dos eleitores?

(A este propósito, de verdadeira distinção entre a civilização e a barbárie, não posso deixar de anotar a justa indignação do Presidente Jorge Sampaio, talvez o mais civilizado dos Presidentes que conheci, quanto à proposta de lei para divulgar pelas comunidades a lista dos pedófilos residentes na área, qualificando-a de regresso à justiça de pelourinho, isto é, de exposição ao voyeurismo malsão das multidões.)

2 – A detenção e prisão preventiva de José Sócrates e o espectáculo mediático que enquadrou esses momentos de um processo judicial em fase de inquérito, sob segredo de justiça, foram um exemplo claro destes novos tempos.

É claro que a notícia da detenção ou da prisão de um ex-Primeiro-Ministro constitui, em qualquer país democrático e em qualquer sociedade aberta, notícia de primeira página.

São igualmente relevantes as razões da prisão, ou as acusações de que é indiciado – que os portugueses têm o direito de conhecer.

Mas, pelo que me diz respeito, prefiro saber dessas razões, e das situações concretas que lhes terão dado causa, através de investigação jornalística competente e imparcial,

como sucedeu noutras ocasiões, ou em audiência de julgamento, em vez de as conhecer sopradas do interior do processo, numa altura em que não há ainda acusação.

Por outro lado, assistir, durante horas, a reportagens em vários canais de televisão, mostrando-nos sempre o mesmo portão fechado (nas instalações creio que do DCIAP), com vários jornalistas e correspondentes operadores de imagem, de microfone na mão, à espera que o portão subisse e dele saíssem não se sabe que viaturas, com o afã de captar, mesmo que de raspão, a face de José Sócrates a caminho da prisão, para a exposição pública desse momento – e com outros jornalistas e câmaras, em Évora, à porta da prisão, à espera do ingresso, e outros tantos à porta da Penitenciária, por via das dúvidas, não fosse ter-se enganado a fonte -, causou-me a mim, que tanto e tão justamente critiquei José Sócrates nestas páginas, uma incomodidade moral.

O mesmo se diga da presença de jornalistas, prevenidos, como não pode deixar de ser, por informação vinda do processo, à saída de Sócrates do avião, no aeroporto, para assistir e transmitir em directo – como o povo gosta – a detenção do ex-Primeiro Ministro.

Também não percebo o interesse jornalístico em saber o que José Sócrates lê e o que come na prisão – embora já considere de interesse público a ementa do almoço com Pinto Monteiro, ex-Procurador Geral da República por si indicado, nas vésperas da detenção.

3 – O facto de, nos tempos mais recentes, tantas investigações judiciais terem conduzido a medidas de coacção tão graves, e incidindo em personalidades públicas relevantes, tem constituído uma surpresa.

Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde



Não estávamos habituados a que, em tratando-se de poderosos – Armando Vara, José Penados, Ricardo Salgado, Duarte Lima, Director do SEF, Director-Geral dos Registos e Notariado, José Sócrates ... -, lhes sucedesse o mesmo que aos outros.

Foi-se até dizendo que haveria uma justiça para ricos e poderosos; e outra para pobres.

Não é bem assim... O que há é crimes de ricos e poderosos e crimes de pobres – e aqueles têm parecido mais difíceis de investigar ou de provar.

Os pobres e os excluídos não vendem vistos Gold, não têm contas em off-shores para lavar ou ocultar dinheiro mal ganho, não negociam terrenos de milhões de euros, não fazem negócios com o Estado, ou à custa do Estado, não cobram “luvas” nem ecebem “prendas” ...

Muitos vão dizendo que tal aumento de eficácia se deve às mudanças no Ministério Público, a começar pela nova Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, que veio substituir Pinto Monteiro, o do almoço com José Sócrates.

Alguma influência terá tido ... mas a minha explicação vai por outra via.

Concordo com Raquel Varela: em tempos de crise económica funda, como a que vivemos, sempre assim sucede.

O dinheiro é escasso, e não chega para todos os ladrões de colarinho branco da mesma forma que chegava antes.

Para retomar o equilíbrio, fazem como os peixes: comem-se uns aos outros.

Como com Aquiles, o que é preciso é saber que é no calcanhar que se deve desferir o ataque.

Há sempre alguém que sabe ...



CENTRO SOCIAL SANTA MARIA DE SARDOURA, CASTELO DE PAIVA

Aposta na formação em favor da inclusão



Na sua génese está uma opção política deliberada da autarquia de Castelo de Paiva em dotar a Sardoura de uma instituição de cariz social. Corria o ano de 1997 quando tudo começou, dois anos volvidos era constituída a Comissão Instaladora, liderada por José António Rocha, atual presidente da instituição, e no ano 2000 inicia

Atividade, ainda apenas com a valência de Prolongamento Escolar. Contudo, foi quando a desgraça assolou a freguesia que a instituição ganhou ímpeto, não mais parando de crescer. Ano de 2001 dá-se a queda da ponte de Entre-os-Rios, que liga este concelho ao de Castelo de Paiva, com muitas das vítimas mortais a serem da freguesia de Santa Maria de Sardoura.

Sem relação direta, na verdade foi a partir deste trágico acidente que o Centro Social de Santa Maria de Sardoura.

“Houve um primeiro ano muito difícil, em que queríamos avançar com as valências, mas apenas conseguimos arrancar com

o Prolongamento Escolar, que é uma resposta de apoio às famílias e que funcionou nas antigas instalações de uma escola primária”, começa por recordar José António Rocha, continuando: “O grande arranque dá-se com a queda da ponte, altura em que conseguimos o registo da associação e passámos a poder estabelecer os primeiros acordos de cooperação para as diversas valências, como ATL, Centro de Dia, SAD e outras”.

Ainda na fase de instalação, a Câmara adquiriu um terreno e um edifício, onde agora está edificado o Centro Social e funciona grande parte da ação social da instituição, tendo, posteriormente, já constituída a associação, sido cedida em regime de comodato por 50 anos. Depois disso, já foi convertido em direito de superfície.

Mas as particularidades do território e da comunidade que a atividade do Centro Social abrange levou os seus responsáveis a apostar na vertente da Formação

Profissional como forma de promover a inclusão social.

“Paralelamente a toda essa área mais tipificada de respostas sociais, fizemos uma grande aposta na formação profissional, numa matriz muito virada para a inclusão de grupos desfavorecidos. A partir daí, a instituição foi crescendo e ganhando dimensão”, sublinha o presidente, recordando algum do trabalho já desenvolvido: “De facto, para além das áreas da infância e da terceira idade, houve aqui uma aposta muito grande na formação profissional, com um trabalho muito forte na área da inclusão. O nosso primeiro projeto, em 2001, já na sequência da queda da ponte, era iminentemente voltado para combater a exclusão. Nesse ano tínhamos formação sobre o euro voltada para a população idosa e que foi um princípio para outras valências... Diagnóstico social, gabinete de psicologia, formação profissional, o Centro de Recursos para a escolas do 1º Ciclo. Foi um projeto atípico,

mas foi o princípio de muitas outras coisas. Entretanto, já fizemos centenas de projetos, mas este foi o primeiro que nos deu embalagem para os demais”.

No seguimento desta aposta formativa e o facto de as ações de formação terem dimensão concelhia conduziu a instituição até um público que em Castelo de Paiva estava muito necessitado, o dos portadores de deficiência.

“A questão da deficiência surge nesta aposta da inclusão e, quando falamos de inclusão de grupos desfavorecidos, falamos de população idosa, pessoas que recebem o RSI e portadores de deficiência. Em 2005, realizámos o projeto Incluir, em que tivemos atipicamente valências para a deficiência. Foi mesmo criado um CODI (Centro Ocupacional para Deficientes Incluir) e, apesar de estarmos situados em Sardoura, rapidamente tivemos uma abrangência concelhia. Estes projetos alargaram-se facilmente ao concelho”, destaca José António



Rocha, referindo que o CODI foi o projeto com que o Centro Social iniciou o seu trabalho direto com pessoas com deficiência/incapacidade, ainda numa escola que a instituição reabilitou.

Mas foi a conclusão que os dirigentes retiraram desse primeiro projeto que os fez avançar ainda mais determinados: “Constatámos que, ao nível das pessoas com deficiência, havia muitas necessidades e muitas insuficiências. A primeira coisa que constatámos é que havia apenas um CAO em Castelo de Paiva, percebendo-se, logo aí, que havia muito a fazer nessa área”.

“O grande boom”, como lhe chama José António Rocha, na resposta à área da deficiência deu-se com a formação da Tipologia 6.2 e 6.4 do POPH, em 2008, e a realização do “primeiro projeto de formação profissional, em áreas como agricultura, jardinagem e outras”.

A isto, o tesoureiro António Rocha acrescenta: “Hoje temos 100 formandos com deficiência nas nossas ações de formação. O que representa 10 vezes mais do que o número que a Segurança Social tem protocolado para Castelo de Paiva”.

Para além desta centena nesta vertente, há ainda a Formação Inicial (com cerca de 20 formandos), Formação Contínua (150/200), Grupos Desfavorecidos (30), para Técnicos de Reabilitação Profissional (200/300), que ministramos mesmo fora do concelho, e ainda a Formação EFA. Aliás, a formação é ministrada no edifício sede da instituição, mas igualmente descentralizada por outros locais do concelho.

“Ainda temos margens escassas de integração profissional, mas o que verificamos é que ultrapassadas as fases da formação e de acesso aos serviços há indivíduos com grande potencial”, afirma o presidente, ao que o tesoureiro acrescenta dizendo que a taxa de inclusão, comparativamente às do Centro de Emprego de Penafiel, a quem reportam, “é muito boa”. Para além disso, a própria instituição já acolheu alguns formandos no seu quadro de pessoal.

Uma outra vertente a que o Centro Social está atento passa pelo desenvolvimento da economia local e nesse capítulo também a instituição tem sido um pilar.

Santa Maria de Sardoura tem pouco mais de 2500 habitantes, segundo o Censos de 2011, sendo que a freguesia tem vindo a perder população de uma forma acentuada nas últimas três décadas. E por isso ainda se torna mais importante o papel da IPSS.

“Estas instituições da Economia Social implantadas nestas zonas fixam gente e jovens na terra. Muitos destes 130 trabalhadores são jovens e fazem os seus projetos de vida aqui, para além de que dinamiza a economia local. Não fosse o Centro Social e esta freguesia seria muito mais desertificada e envelhecida e até o próprio concelho. A aposta na Economia Social é um dos fatores que fixa as pessoas pelo território. E, apesar de haver uma diminuição da população, a nossa creche, desde que abriu, nunca teve vagas por preencher”, revela José António Rocha, logo corroborado pelo tesoureiro: “Só em gasóleo a instituição gasta cerca de seis mil euros/mês, o que dinamiza também a economia local. E em agregados familiares onde não há nenhum rendimento, o pouco que seja de uma bolsa de formação acaba por ser também estímulo para a economia local, onde por ano a instituição, em entregas diretas aos formandos, coloca cerca de 500 mil euros”.

Apesar de nunca ter havido avaliações quantitativas do impacto que a formação tem na economia local, os dirigentes do CSSMS estão convictos “que o território tem beneficiado bastante das ações de formação”.

E se a região tem beneficiado da ação do Centro Social, este tem crescido e, apesar do investimento na construção do Lar de idosos e da Creche, as contas mantêm-se “equilibradas”.

“Com as nossas dificuldades, temos as contas em dia, apesar de termos um compromisso muito grande, que estamos a cumprir, que vem da construção do Lar. Tivemos



que fazer um empréstimo de 750 mil euros, que estamos a pagar e do qual já abatemos 150 mil euros”, revela o presidente.

Por seu turno, António Rocha faz questão de sublinhar que, “desde que abriu portas, o Centro Social nunca apresentou resultados negativos e todo o lucro social que possa existir é reinvestido na melhoria dos equipamentos e dos serviços”.

Quanto ao futuro, projetos e ambição existem, até porque em meados de dezembro há eleições para os órgãos sociais, sendo que a atual Direção é candidata.

“Uma das nossas apostas para o novo mandato é o alargamento do Lar, que claramente foi uma aposta de sucesso e temos uma lista de espera muito grande. Somos muito procurados por gente fora do concelho. A forma como foi conduzida a criação da resposta, a qualidade do equipamento e do serviço e o marketing que fizemos ajudaram bastante à adesão e procura desse serviço”, afirma o presidente recandidato, remetendo, de imediato, para um outro grande projeto, mas este “já de presente”: “Juntamente com o Centro Social de Couto Mineiro e outros cooperantes privados, formámos uma cooperativa, a Cooperatipaiva, em que cada um dos centros sociais tem 45% do capital social. Tem sede na Quinta de S. Pedro, no centro da vila de Castelo de Paiva, onde existe um hotel com sete hectares de terreno em volta. Conseguimos que o Hotel S. Pedro não encerrasse e, neste momento, o nosso Centro de Reabilitação Profissional, onde trabalhamos com os formandos da área da deficiência, funciona nessa quinta. É um projeto único no distrito de Aveiro”.

Para além do serviço de alojamento, o espaço alugado tem um parque aventura, um campo de paintball e ainda um vasto terreno para cultivo. O Hotel funciona no âmbito da Cooperatipaiva, mas a formação é apenas pertença do Centro Social de Santa Maria de Sardoura, funcionando nuns anexos entretanto requalificados especificamente para a formação.

“A vertente comercial do Hotel S. Pedro é complexa e estamos a tentar dinamizá-la, mas tem demorado algum tempo à sua consolidação, porque com apenas 12 quartos e sustentar-se apenas com o aluguer de quartos não é fácil”, argumenta o presidente, referindo que muito do terreno já está a ser cultivado, precisamente, no âmbito do Centro de Reabilitação Profissional.

“Pensamos no futuro reabilitar todo este edifício mais antigo aqui na sede para a área dos idosos. Nesses edifícios funcionam as respostas à infância, com exceção da creche, mas, no futuro, poderá haver a possibilidade de fazer a requalificação do edifício para ampliar o Lar. Gostaríamos ainda muito de construir um auditório, pois não temos um espaço para reunir cerca de 100 pessoas, mas necessitávamos de financiamento. Vamos apostar no Centro de Reabilitação Profissional e gostaríamos de reabilitar e ampliar a cozinha mãe da instituição”, acrescenta ainda José António Rocha, revelando que por dia a instituição confeciona cerca de 500 refeições.

A terminar, o presidente confessa: “E temos um sonho... que é comprar o Hotel”.

VALÊNCIAS

O Centro Social de Santa Maria de Sardoura (CSSMS), para além de toda a vertente de Formação Profissional, tem respostas sociais de Creche (34 utentes), ATL (50), Prolongamento Escolar (60), ERPI (28), SAD (72), Cantina Social (100 refeições/dia) e FEAC (10 famílias), dinamizando ainda um projeto de oficinas tradicionais. Labora com um quadro de 130 funcionários.

No seguimento de um trabalho já desenvolvido ao longo dos anos, o CSSMS apresentou no mês passado um estudo pioneiro no concelho de Castelo de Paiva, denominado «Integrar para Incluir», em que, no âmbito da Tipologia 6.2 do POPH, desenvolveu um estudo/diagnóstico com uma amostra de 400 indivíduos portadores de deficiências e/ou incapacidades.

ESTUDO INTERNACIONAL

Crise tem maior impacto psicológico nos jovens

Um estudo internacional sobre o impacto psicológico da crise financeira demonstrou que, entre a população ativa, são os jovens os que apresentam maiores níveis de stresse, disse o coordenador nacional da investigação, Saul Neves de Jesus. “É compreensível, tendo em conta que a incerteza quanto ao futuro é superior nos jovens, para além da falta de oportunidades com que estes se veem confrontados na atualidade”, comentou o investigador da Universidade do Algarve (Ualg), que integrou o projeto em 2011.

A investigação focou-se em Portugal, Grécia e Irlanda, e foi desencadeada pela Sociedade Mundial para o Estudo do Stresse e da Ansiedade, tendo o estudo nacional ficado a cargo do grupo de investigação “Bem-estar na sociedade”, do Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações da Ualg.

Segundo Saul Neves de Jesus, o estudo pode servir para a criação de programas orientados para a gestão do stresse que ajudem as pessoas a desenvolver

uma atitude mais serena perante as dificuldades e permita controlar as emoções negativas e criar estratégias para lidar com as dificuldades.

“As pessoas devem desenvolver estratégias orientadas para o enfrentamento dos problemas, em vez de evitamento ou de apenas lamentação, de forma a encontrarem soluções para as dificuldades encontradas e a tornarem-se mais resilientes ou resistentes”, comentou.

Em Portugal, o estudo abrangeu 729 pessoas com mais de 18 anos, estando 117 em situação de desemprego.

O estudo revelou, ainda, que o impacto psicológico da crise financeira é semelhante em homens e mulheres e também entre a população empregada e desempregada. “O problema parece ser não tanto o estar numa situação de desemprego, mas sim as consequências desta situação para o sujeito, ao nível das dificuldades financeiras que isso possa representar”, observou Saul Neves de Jesus.

O estudo contou com a participação de



Fotos: D.R.

alunos de doutoramento da Universidade do Algarve, estando a ser desenvolvidas teses sobre o impacto das dificuldades económicas em variáveis da

psicologia positiva, como o otimismo, a espiritualidade e a satisfação com a vida e a análise particular da situação dos desempregados.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



JUNTO DAS:

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA *

MÓDULO DE PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA, MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

* PROGRAMA CERTIFICADO PELA ACSS

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, FISIOTERAPIA, IMAGIOLOGIA, ETC.

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS (UCC / RNCCI)

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

TSR - STOCKS

POR ECONOMATOS, COZINHAS IPSS.

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA

TSR - UTENTES, TSR - BANCOS, TSR - ASSOCIADOS, TSR - RENDAS, TSR - CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES.

TSR - QUALIDADE

TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE, APOIO NA VIDA QUOTIDIANA, MOD. REGISTO PRESENCAS TABLETS

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES




WWW.TSR.PT

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: (+351) 253 408 326 (3L/BA)
T.M. (+351) 929 729 729

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO

GRÁTIS







SIGNIFICATIVO AZUL

Prevenir maus-tratos e violência contra deficientes

Nasceu da junção de duas vontades e está há um ano a ser preparado. O programa Significativo Azul tem como objetivo prioritário a prevenção de situações de violência e maus-tratos contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência. Nesse sentido, a Fenacerci e a Polícia de Segurança Pública (PSP) estabeleceram um protocolo que visa não só melhorar a preparação dos agentes policiais e das instituições que trabalham com pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência, mas também implementar um política de parceria entre ambas.

Há cerca de um ano foi estabelecido um Protocolo Nacional, entre PSP e Fenacerci, que agora foi disseminado a nível local, com a assinatura dos Protocolos Locais a ter acontecido no dia 3 de dezembro, envolvendo 131 esquadras e 173 instituições.

Até agora decorreu a primeira parte do protocolado no Significativo Azul, ou seja, a formação. Neste particular, como explica Sara Neto, da Fenacerci, “a formação teve um aspeto dual, porque foi fornecida formação à PSP e recebida, pelas organizações para a área da deficiência e reabilitação, formação da PSP”.

Tudo começou por um momento de “afirmação dos conteúdos que eram necessários ministrar, feita pelas entidades que promovem o programa e com o know-how específico das organizações que estão no terreno”, afirma Sara Neto, acrescentando: “Por um lado, as organizações da área da deficiência e, por outro, as necessidades que os agentes tinham no terreno. Foram conteúdos desenhados à medida de ambas as necessidades, para que quando houvesse o momento de formação do protocolo local ambos estivessem ao mesmo nível em termos de conhecimento, linguagem e assim podermos operacionalizar na prática aquilo que são os objetivos do programa”.

E estes são muito concretos: Sensibilizar e formar as organizações da área da deficiência e reabilitação para uma cultura de prevenção de situações de violência e maus-tratos contra pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência; sensibilizar os elementos da PSP dos dois primeiros níveis de intervenção, para a problemática da deficiência e para a necessidade de uma especial proteção que garanta os seus direitos securitários, promotores da participação das pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência enquanto membros plenos da sociedade;



promover a cooperação interinstitucional entre as organizações que trabalham na área da deficiência e reabilitação, e a PSP; contribuir para a melhoria no atendimento e encaminhamento das pessoas com deficiência por parte dos elementos da PSP; dotar os elementos da PSP de ferramentas específicas de comunicação e informação acessíveis à população com deficiência intelectual e/ou multideficiência e/ou multideficiência.

Assim, em termos de conteúdos, para ambos os públicos, “foi sempre feito o enquadramento legal da problemática e dados conhecimentos muito particulares da PSP às associadas da Fenacerci e de entidades congéneres para se perceber como é que os agentes podem ser parceiros no local”, explica Sara Neto, acrescentando: “No caso da formação para os agentes, incidimos bastante no aspeto da comunicação, como trabalhar e acompanhar estes jovens e adultos em especificidades que advêm da sua própria deficiência e procurámos explicar quem são estas pessoas, os seus contextos, as suas vivências e especificidades”.

Para o superintendente Hugo Guinote, “mais importante do que os agentes fazem no terreno, são os erros que não vão cometer”, pelo que a primeira prioridade para a PSP “era garantir que os elementos policiais estavam aptos a reconhecer indicadores que caracterizam

pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência e não os confundir com pessoas com doença mental, sempre que possível”. E o graduado explica que “os polícias não vão fazer diagnósticos, mas o objetivo é, através de determinados indícios, poderem perceber quando é que devem contactar as instituições que são parceiras localmente e trabalhar em conjunto para encontrar uma resposta”. Este programa vai permitir à PSP, segundo Hugo Guinote, trabalhar alguns casos que a PSP está em crer serem casos de violência doméstica que poderão estar ocultos e “também, recorrendo às parcerias locais, vai ser possível melhorar a segurança das pessoas com deficiência”.

O superintendente não se cansa de elogiar a parceria estabelecida com a Fenacerci, pelos ganhos que traz, essencialmente, à população alvo, mas não só.

“Este é um projeto pioneiro a nível mundial, porque tem uma dificuldade muito profunda... Agora, o que os elementos policiais vão conseguir, de facto, fazer é estar aptos a trabalhar em parceria, a conseguir dialogar com os mesmos conceitos, a tornarem-se compreensíveis e a compreender o que está a ser feito do outro lado”.

Depois de um ano em que foram identificadas necessidades e definida a metodologia de ação, as formações abrangeram grande parte do território nacional. Houve

seis ações de formação dadas pela PSP, em Braga, Águeda, Lisboa, Beja e Faro, que contaram com 230 profissionais da área da deficiência e reabilitação, num universo de 85 organizações. Já nas ações ministradas pela Fenacerci, em conjunto com o INR (Instituto Nacional de Reabilitação), foram realizadas cinco ações, no Porto, Torres Novas, Lisboa e Faro, onde estiveram cerca de 330 policiais, sendo que as ilhas também estiveram envolvidas através de videoconferência.

A seguir à fase de Formação, segue-se a de Implementação, surgindo à cabeça os protocolos locais.

“A ideia dos protocolos locais surge, desde logo, no desenho do protocolo nacional. Como o próprio nome indica, só com os protocolos locais é que vamos implementar o programa. Neste momento temos as esquadras da PSP em contacto direto com as instituições no terreno”, explica Sara Neto, acrescentando: “O protocolo foi desenhado pela parceria, tem objetivos formativos, objetivos de cooperação e colaboração, quer a nível formal quer informal, de modo a facilitar que as situações que acontecem no quotidiano das organizações e das famílias possam, de uma forma mais célere, ser resolvidas em prol dos direitos da pessoa com deficiência. Este é o cerne deste programa, mas não fechamos o protocolo em si, porque queremos que as organizações em colaboração estreita com os agentes locais possam perceber quais as necessidades daquelas organizações e região em particular e desenhar medidas conjuntamente que possam dar resposta a essas necessidades reais daquela população, também efetivando o serviço de proximidade que caracteriza a PSP”.

Num terceiro momento, há a Monitorização, que, como defende Sara Neto, “é um processo on going”.

“Acabamos por monitorizar tudo o que é feito. No futuro quando se prevê que estas duas fases estejam concluídas, há uma comissão formada por todos os parceiros que integram o Protocolo Nacional que procura acompanhar o trabalho feito no terreno para ir afinando o que será feito no futuro de acompanhamento, reciclagem de conhecimentos e para dar conhecimento à população civil dos resultados do Significativo Azul. Para isso, prevemos a realização anual de um seminário, com a apresentação de dados concretos”, revela.

CENTRO SOCIAL S. MARTINHO DE ALDOAR, PORTO

Passos Coelho inaugurou novo equipamento social



A freguesia de Aldoar, agora agregada a Nevogilde e Foz do Douro, esteve em festa com a inauguração do novo equipamento do Centro Social de S. Martinho de Aldoar, que dentro em breve servirá 190 utentes, nas valências de Centro de Dia (60), Estrutura Residencial Para Idosos (50) e ainda Serviço de Apoio Domiciliário (80).

Com um custo total a rondar os 2,5 milhões de euros, o novo equipamento social foi inaugurado pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e benzido pelo Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos, numa cerimónia que contou com forte adesão da população de Aldoar, mas também de destacadas figuras da cidade e do universo da Segurança Social.

Assim, para além do chefe de Governo, marcaram presença na cerimónia personalidades como Pedro Mota Soares, ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Agostinho Branquinho, secretário de Estado da Segurança Social, Ana Venâncio, diretora da Delegação Norte da Segurança Social, Miguel Pereira Leite, presidente da Assembleia Municipal do Porto, Nuno Ortigão, presidente da União de Freguesias de Aldoar, Nevogilde e Foz do Douro, Marco António Costa, dirigente do PSD e ex-secretário de Estado da Segurança Social, e vários dirigentes da CNIS, entre muita população anónima.

Destaque ainda para a presença da benemérita Conceição Moreira Neves, que juntamente com o marido João Lopes Neves, já falecido, doou o terreno onde está edificado o novo equipamento social, para além de uma avultada soma monetária, que ultrapassou o meio milhão de euros.

Depois de recordar um pouco da história da instituição que dirige, o padre Lino Maia, pároco de Aldoar, sublinhou a contribuição de todos os moradores de Aldoar, com óbvio

destaque para a família Lopes Neves, grande benemérita do novo equipamento do Centro Social de S. Martinho de Aldoar.

Inserido numa freguesia com uma vasta população carenciada e de diversos aglomerados de habitação social, o Centro Social de S. Martinho de Aldoar desenvolve há muito uma larga ação social junto de uma população, especialmente, da mais idosa.

“Este equipamento é fruto de grandes envolvimentos, grandes vontades e muito engenho e muita arte”, referiu o padre Lino Maia, destacando como “oportuníssimo” o contributo da família Lopes Neves que, para além do terreno doado, “orçado em 600 mil euros”, deu um “contributo financeiro que já ultrapassa esse valor”.

E para que a instituição não tivesse que recorrer a um empréstimo bancário, muito contribuiu toda a população de Aldoar, que nas diversas ações de angariação de fundos foi incedível, recordando um episódio significativo. Num dos peditórios efetuados pela paróquia, numa determinada casa no Bairro de Aldoar, uma senhora, quando lhe bateram à porta, foi com grande pesar que disse não poder naquele mês contribuir. Porém, “a filha de quatro anos, de nome Bianca, presenciando a tristeza da mãe, disse ter encontrado uma moeda em casa, era um cêntimo que entregou para o Lar”, contou o pároco de Aldoar.

“Com esse cêntimo também a paróquia angariou para a construção do Lar” cerca de 715 mil euros, juntamente com os “já ultrapassados” 550 mil euros da família Lopes Neves e os 830 mil euros do POPH, o que perfaz um total de quase 2,1 milhões de euros.

“Se o saldo final do POPH já pudesse ter sido diferido, mas vai ser, hoje podíamos anunciar que um equipamento belíssimo e muito bem apetrechado, que ficou por 2.486.692,06 euros estaria completamente



pago sem qualquer recurso à banca, que não é propriamente nenhuma instituição de caridade”, afirmou o padre Lino Maia.

Por seu turno, o primeiro-ministro, na sessão solene, recordou as dificuldades que o País tem atravessado, justificou as medidas tomadas pelo Governo no sentido de as tornar, deixando ainda alguns elogios ao papel desempenhado pelo padre Lino Maia, enquanto presidente da CNIS, “especialmente, nestes tempos de dificuldades económicas e sociais que o País tem vivido nos últimos anos”.

“O senhor padre Lino Maia tem sido um

esteio muito relevante de organização, generosidade e de enorme talento ao serviço, não apenas daqueles que habitam a sua paróquia mas também de todos os portugueses”, sustentou Pedro Passos Coelho.

Descerrada a placa alusiva ao momento e benzidas as instalações, seguiu-se uma visita ao equipamento de quatro pisos e um pequeno Porto de Honra, que juntou as personalidades convidadas e a população presente na cerimónia.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





As meninas da Sé, Porto.

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua Júlio Dinis, 931-3.º Esquerdo - 4050-327 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 59 32 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia
Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia
Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia
Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

AÇORES

Comissões de proteção acompanharam mais crianças e jovens do que em 2013

As Comissões de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CPCJR) nos Açores acompanharam em 2013 um total de 3.739 menores, mais 135 do que em 2012, segundo o relatório anual.

O relatório anual referente a 2013 revela que a comissão de Ponta Delgada, na maior ilha açoriana, São Miguel, teve 1.193 entradas, seguindo-se a Ribeira Grande (726), Angra do Heroísmo (419), Praia da Vitória (316) e Lagoa (242).

Em 2013, de um total de 3.739 processos acompanhados, as CPCJR nos Açores arquivaram 1.406, enquanto em 2012 tinham sido arquivados 1.426.

No ano passado, foram instaurados 1.227 processos, dos quais 1.180 foram novos, enquanto transitaram de anos

anteriores 2.148.

A maior parte das situações comunicadas deveu-se a “exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, com 391 processos instaurados e 67 reabertos.

Em segundo lugar surge a “negligência”, à semelhança de 2012, com 254 processos instaurados e 114 reabertos, a que se seguem as “situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação” (278 instaurados e 83 reabertos) e “a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada” (112 instaurados e 40 reabertos).

Surge depois o “mau trato físico”, com 69 processos instaurados e 24 reabertos,

“outras situações de perigo” (64 instaurados e 23 reabertos), o “mau trato psicológico ou indiferença afetiva” (26 instaurados e 09 reabertos), o “abuso sexual” (16 instaurados e quatro reabertos), “a criança está abandonada ou entregue a si própria” (14 instaurados e três reabertos), “prática de facto qualificado pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos” (15 instaurados), “mendicidade” (cinco instaurados) e “exploração do trabalho infantil”, com apenas uma comunicação e dois processos reabertos.

Ainda assim, e segundo o relatório, “o número de comunicações pode ser superior ao número de processos (a mesma situação pode ser comunicada por diferentes entidades/pessoas)”.

Em 2013, as CPCJ nos Açores acompanharam mais rapazes do que raparigas e foi na faixa etária dos 15 aos 17 anos que registou o maior número de menores acompanhados.

De acordo com o relatório, em 2013 prevaleceram as medidas de “apoio junto dos pais”, “apoio junto de outro familiar”, “confiança a pessoa idónea”, “apoio para autonomia de vida”, “acolhimento familiar”, surgindo em último lugar a opção por “acolhimento em instituição”. No conjunto dos distritos e duas regiões autónomas, os Açores foram a sétima região do país com mais processos, representando 5,2% do total nacional.

Nos Açores, todas as nove ilhas têm pelo menos uma comissão instalada.

Foto: D.R.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt



Miele
PROFESSIONAL